

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**DUAN KISSONDE**

**FAZENDA BOQUEIRÃO:  
Construindo hipóteses sobre a mobilidade espacial dos escravos  
na Porto Alegre oitocentista**

**PORTO ALEGRE**

**2023**

**DUAN KISSONDE**

**FAZENDA BOQUEIRÃO:  
Construindo hipóteses sobre a mobilidade espacial dos escravos  
na Porto Alegre oitocentista**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Licenciado em História.**

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius  
de Freitas Rosa

**PORTO ALEGRE**

**2023**

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é identificar as prováveis formas de mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão, tendo em vista as atividades econômicas desenvolvidas nesta propriedade rural. Partindo da análise de inventários de proprietários da Fazenda Boqueirão, com foco nos inventários *post mortem* de Joaquim José da Silva (1837) e José Joaquim da Silva (1874). Além disso, utilizamos como fonte complementar para a nossa pesquisa, os anúncios de jornais porto-alegrenses de diferentes períodos do século XIX. Em paralelo, fizemos um diálogo com historiadores e historiadoras que dedicaram seus estudos ao tema da escravidão em Porto Alegre no século XIX. O problema dessa pesquisa estava direcionado a refletir sobre as relações entre o mundo rural e urbano porto-alegrense na perspectiva do deslocamento dos escravos entre esses dois mundos. Apesar da carência de documentos que falam sobre a Fazenda Boqueirão, no âmbito geral, e mais ainda sobre a mobilidade dos escravos, conseguimos encontrar estratégias para a construção da nossa narrativa histórica, alicerçadas no campo das possibilidades e apoiada no método do paradigma indiciário, proposto pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Em síntese, não foi possível descobrir como era a mobilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão, para além dos limites da propriedade senhorial. Porém, pensamos que a construção das hipóteses levantadas neste estudo podem ser importantes para, em investigações futuras, problematizar a mobilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão e de outras propriedades rurais situadas nos arredores de Porto Alegre.

Palavras chaves: Escravidão; mobilidade; Porto Alegre; espacialidade.

## ABSTRACT

The general objective of this work is to identify the probable paths of spatial mobility of slaves at Boqueirão Farm, in view of the economic activities developed in this rural property. Starting with the analysis of the inventories of owners of Boqueirão Farm, focusing on the post-mortem inventories of Joaquim José da Silva (1837) and José Joaquim da Silva (1874). In addition, we used as a complementary source for our research, the advertisements from Porto Alegre newspapers from different periods of the 19th century. In parallel, we carried out a dialogue with historians who have dedicated their studies to the theme of slavery in Porto Alegre in the 19th century. The problem of this research was directed to reflect on the relations between the rural and urban worlds of Porto Alegre from the perspective of the slaves' displacement between these two worlds. Despite the lack of documents that talk about Boqueirão Farm, in general, and even more about the mobility of the slaves, we were able to find strategies for the construction of our historical narrative, based on the field of possibilities and supported by the method of the indicative paradigm, proposed by the Italian historian Carlo Ginzburg. In summary, it was not possible to discover what the mobility of the slaves at Boqueirão Farm was like, beyond the limits of the manorial property. However, we think that the construction of the hypotheses raised here in this study may be important, in future studies, to think about the reality of the mobility of slaves from other properties in the rural area around Porto Alegre.

Keywords: slavery; mobility; Porto Alegre; spatiality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Planta com a localização das sesmarias que deram origem à cidade de Porto Alegre. .....	17
Figura 2 - Localização aproximada da Fazenda Boqueirão na Planta topographica e Orographica do 4° e 5° distrito do município de Porto Alegre, setor nordeste, 1896. ....	18

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de escravos do inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791). FONTE: 1 ° Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, inventário. APERS .....18

Tabela 2 - Listas de escravos no inventário de Joaquim Manoel da Silva Mariante (1837). FONTE: 1° Cartório do Civil, nº 139, maço 7, estante 27, janeiro/1837, inventário, APERS.....20

Tabela 3 - Lista de escravos no inventário de José Joaquim da Silva Mariante (1874). FONTE: Inventário post mortem 3 de José Joaquim da Silva - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nº 416, 1874.....21

## SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1 - Fazenda Boqueirão: Elementos, dados e possibilidades .....	16
Capítulo 2 - Que entenda de “roça” e de “campo” .....	26
Capítulo 3 - Construindo os caminhos .....	37
Considerações finais.....	49
Referências Bibliográficas .....	51
Fontes Manuscritas.....	54

## Introdução

Nas últimas quatro décadas, particularmente a partir dos anos 1980, a historiografia brasileira, tem sido contemplada com uma série de pesquisas no âmbito dos estudos sobre a escravidão nos grandes centros urbanos durante o século XIX. Cada dia mais, jovens historiadores e historiadoras têm se preocupado em compreender melhor a complexidade das relações escravistas no meio urbano brasileiro.

Diversas obras, autoras e autores foram responsáveis por essa renovação historiográfica ao propor novas abordagens e interpretações, cuja síntese não seria possível realizar neste estudo.

Contudo, convém retomar os argumentos presentes em algumas pesquisas que foram fundamentais para a elaboração das hipóteses aqui propostas.

Fruto dessa renovação historiográfica a obra *Ser Escravo no Brasil* de Kátia de Queirós Mattoso (1982), abriu novas veredas, tornando-se uma forte referência dentro desta nova corrente historiográfica (MATTOSO, 1982). Por meio de uma escrita fluída, Mattoso percorre diferentes caminhos no seu texto, e trata com vigor de diversos aspectos do sistema escravista. Desde o negro em sua transição de homem livre no continente africano para a condição de escravo no Novo Mundo, as características das operações comerciais do tráfico no império português, o martírio do navio negreiro, passando também por questões como o preço do escravo, solidariedades construídas, formação de família, formas de rebelião, alforria, mobilidade e etc. A autora faz uma análise histórica, econômica e psicológica da vida do escravo no Brasil. Ciro Flamarion Cardoso, no prefácio à primeira edição de *Ser Escravo no Brasil*, ressalta, que, mesmo, tendo focado seu estudo na região da Bahia “Kátia Mattoso sabe vincular o local, o regional, com uma visão estrutural do conjunto”. Mesmo com o avanço do debate historiográfico sobre o tema da escravidão brasileira e feitas as devidas considerações sobre a historicidade da obra *Ser Escravo no Brasil* (1982) continua sendo uma obra de referência para os jovens historiadores brasileiros que se dedicam a estudar a escravidão no Brasil. Essa corrente que também foi enriquecida com a contribuição da pesquisadora estadunidense Mary Karasch, com a obra *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* (KARASCH, 2000).

Neste trabalho Karasch, tece um amplo panorama sobre certas dinâmicas do cotidiano escravo na cidade do Rio de Janeiro - que nessa época era a maior cidade escravista das Américas-, além de destacar a onipresença dos escravos em todo e qualquer tipo de trabalho braçal que era realizado e tratar das diversas ocupações que podiam ser desempenhadas por um

escravo, inclusive, em tarefas especializadas, a autora demonstra, o quanto isso gerava uma ampla circulação dos escravos pela cidade e arredores suburbanos (KARASCH, 2000).

Outra contribuição foi fornecida pelo livro *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Nesta obra, os historiadores João José Reis e Eduardo Silva discutem as limitações dos estudos que tratam a escravidão como um “sistema absolutamente rígido”, onde para o escravo só era possível representar dois papéis, o escravo submisso, espécie de “pai João” ou o escravo heroico, arquétipo de “Zumbi”. Contrários a estas interpretações um tanto simplistas, ao longo dos textos os autores demonstram a complexidade das relações entre senhores e escravos no cotidiano do Brasil escravista. Para João José Reis, assim como para Eduardo Silva, o aspecto da negociação entre senhores e escravos, teve um papel importante na construção da resistência escrava. Os autores argumentam que

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos e fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa por uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho... (REIS, 1989, p.8).

Destaco que algumas das obras mais conhecidas por nós são aquelas que tratam sobre o contexto de cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, embora também existam diversas pesquisas relevantes que tratam de outras localidades brasileiras, com as quais estabelecemos diálogo. Tal ressalva é importante para evitar o hábito de generalizar para todo o país as interpretações feitas a partir do Sudeste cafeeiro ou do Nordeste açucareiro. Dito isto, trazendo a discussão para a cidade de Porto Alegre, região enfocada por mim nesta pesquisa, os trabalhos de Valéria Zanetti (2002), Luciano Costa Gomes (2012), Ana Paula Schantz (2009) e Gabriel Aladrén (2008), contribuíram bastante para a compreensão da realidade da vida dos escravos durante o final do século XVIII e primeira e segunda metade do XIX.

Por exemplo, Luciano Costa Gomes (2012) na sua dissertação *Uma cidade negra: escravidão, estrutura socioeconômica e diferenciação na formação de Porto Alegre, 1772-1802*, ao analisar as características da população, suas modificações e diferenças entre a área urbana e rural, já apontava para uma significativa presença negra no núcleo urbano, que naquele final do século XVIII, não passava de um modesto vilarejo colonial às margens do Guaíba (GOMES, 2012).

Gabriel Aladrén (2008), através de diálogo produtivo com a historiografia brasileira e internacional e uma apurada pesquisa documental, nos ajuda a refletir sobre o tema dos padrões de alforria e a inserção social de libertos em Porto Alegre nas três primeiras décadas do século XIX (ALADRÉN, 2008).

Na mesma direção, Ana Paula Schantz (2009), através do exame de fontes paroquiais, testamentos, *inventários post mortem* e cartas de alforria, também estuda a vida de libertos de Porto Alegre e Viamão, no final do século XVIII e início do século XIX. Vale frisar que os três historiadores, citados acima, voltaram seus olhares para as consideradas áreas rurais da região de Porto Alegre (SCHANTZ, 2009).

Valéria Zanetti, que estudou a cidade de Porto Alegre em um período mais avançado, a saber, meados do século XIX entre os anos de 1840 e 1860, afirma que:

Apesar de importador de mercadorias de outros pontos do Brasil e, sobretudo, do exterior, Porto Alegre era também um centro produtor de bens, sobretudo não manufaturados. Extensas chácaras ocupavam as zonas que ficavam além da linha de fortificação que delimitava a zona urbana (ZANETTI, 2002, p.58-9).

A autora também, pontua que “em todo o município de Porto Alegre, cultivavam-se e produziam-se com abundância, milho, feijão e mandioca, havendo criação de gado em ambas as margens do Guaíba” (ZANETTI, 2002, p. 59)

Tais estudos são fundamentais para as análises aqui presentes e fornecem importantes interpretações que, nesta pesquisa, serão tomadas como ponto de partida. Ao mesmo tempo, apesar das suas significativas contribuições, da sua ampla base documental e das referências teórico-metodológicas fornecidas pelos referidos autores, no sentido de refletir sobre diversas dinâmicas do complexo universo escravista porto-alegrense dos séculos XVIII e XIX, é interessante notar alguns aspectos que receberam menos atenção, particularmente as relações, os trânsitos e as trocas estabelecidas entre o perímetro urbano da, que nessa época compreendia, não mais que algumas ruas e becos, e o seu espaço suburbano não muito afastado da “cidade”, composto por chácaras, fazendas e até estâncias de pequeno porte.

Daí surge a pergunta-problema desta pesquisa: existiria mobilidade espacial dos escravos trabalhadores das fazendas e chácaras dos arrabaldes de Porto Alegre, além dos limites das propriedades senhoriais a que pertenciam?

Antes de tentarmos responder esse questionamento, vejamos o contexto em que ele surgiu, pois ainda que a ideia de fazer desta pesquisa o meu trabalho de conclusão do curso de História tenha surgido em 2020, porém, trata-se de uma história muito mais antiga. Talvez ela tenha começado sem eu perceber no final da década de 1990, quando eu visitei pela primeira vez, junto com meus pais e alguns vizinhos, o famoso local conhecido como “senzala”, situado no bairro onde eu morava. Naquela época as construções da “senzala”, ainda não tinham sido depredadas. Era como se tivéssemos voltado no tempo, num passado muito distante e desconhecido. Lembro-me de ter caminhado pelos cômodos do interior da casa grande e ter

visto a cama de ferro, o armário de madeira escura, o cofre. Na parte de fora, lembro de ter visto o oratório, a senzala, a pedra de moer grãos e mais dois objetos que eu nunca mais vou esquecer: o tronco e uma pequena jaula de ferro, que provavelmente servia de cadeia improvisada.

Depois, pelo resto da minha infância e toda adolescência, sempre visitava a “senzala”, subia nas pedras e ficava horas contemplando o Guaíba, reformulando as perguntas que fiz para mim mesmo no dia da primeira visita: O que foi esse lugar? Quem viveu aqui? Como era a vida dessas pessoas que moravam aqui? E infinitas variações dessas perguntas.

O dado da escravidão sempre esteve presente nas falas dos moradores da vila. E quem duvidasse destas histórias, bastava entrar no mato e ir até “lá embaixo”, e ver com os próprios olhos a senzala, o tronco, as correntes espalhadas pelo chão e a jaula. Também havia as histórias fantasmagóricas que corriam de boca em boca, porque lá no mato (a morada dos mortos), é tudo ao contrário. Quando é noite lá na vila, lá no mato ainda é dia. E é por isso que às vezes a gente escuta no meio da madrugada, barulho de árvore sendo cortada a machado ou o som de homens andando a cavalo para cima e para baixo até o raiar do dia. Além dessas histórias, memórias e causos, muito mais não se sabia sobre o espaço. Por falar em saber, eu também não sabia que um dia iria cursar a graduação em História. Muito menos imaginava que no meio desse processo de graduação eu iria descobrir que aquela “senzala” da minha infância e da minha adolescência, fazia parte de um lugar esquecido, chamado Fazenda Boqueirão.

Passados uns 120 anos, do inventário de José Joaquim da Silva (1874), um grupo de pessoas “invadiu” as terras da antiga Fazenda do Boqueirão e fundaram o loteamento Quinta do Portal, lugar que me viu crescer. Segundo o dicionário do Google, “Quinta é como é frequentemente chamada uma propriedade rural de grandes dimensões em Portugal e em outros países lusófonos, normalmente com casa de habitação”. O termo pode ser usado para uma grande propriedade ou herdade. E o nome Portal, se deve às duas pilastras de tijolo que ainda estão lá na entrada da rua “A”, e, que provavelmente, foram o pórtico de entrada da Fazenda Boqueirão. Por fim, penso que, além do potencial contribuição que este trabalho oferece ao campo de estudos da história da escravidão em Porto Alegre no século XIX, este estudo é o meu agradecimento singelo pelos 25 anos que fui morador da vila Quinta do Portal.

Posto isso, o objetivo geral deste estudo é identificar as prováveis formas de mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão, tendo em vista as atividades econômicas desenvolvidas nesta propriedade rural. A análise dos inventários *post mortem* dos proprietários da Fazenda Boqueirão sugeriu que provavelmente tratava-se da fabricação de farinha de mandioca. Deste modo, a Fazenda Boqueirão será utilizada como o “pano de fundo” e ponto de partida para pensar sobre as possibilidades e limites de um trânsito frequente dos escravos

trabalhadores das fazendas situadas nos arrabaldes de Porto Alegre para o núcleo urbanizado dessa cidade. Nossa hipótese é de que este trânsito consistia numa forma de movimentação comum no cotidiano da cidade durante o século XIX.

Em segundo lugar, temos como objetivo específico deste trabalho realizar o levantamento de anúncios de jornais da época, com a finalidade de apontar a presença de um considerável mercado de oferta e demanda para o aluguel de escravos “que entendam de roça”<sup>1</sup>, demonstrando assim, o pressuposto lógico da hipótese aventada anteriormente.

Sobre a delimitação do marco temporal deste estudo, escolhemos como período inicial da pesquisa o ano de 1837 e como término o ano de 1874. Embora, tenhamos mantido contato com quatro inventários *post mortem* relacionados aos proprietários da Fazenda Boqueirão - Manuel Lourenço Mariante (1792)<sup>2</sup>, Joaquim Manoel da Silva (1837)<sup>3</sup>, José Joaquim da Silva (1874)<sup>4</sup> e Ângelo Lourenço Mariante (1888),<sup>5</sup> optamos por analisar apenas dois dos inventários consultados. Elenco aqui, de modo que não pareça uma escolha assim tão arbitrária.

O primeiro fator foi a nossa dificuldade em efetuar a leitura do inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791), por conta das más condições em que se encontrava o documento (traças), aliado à falta de tempo exigido por este tipo de leitura. Quanto ao caso de Ângelo Lourenço Mariante, optamos em não trabalhar com o seu inventário neste estudo, pela razão de não haver escravos arrolados no seu inventário, apesar de neste inventário termos encontrado as “contratadas” Domingas Eufrasina e Rita. Segundo Paulo Moreira, no contexto da década de 1880, os “contratados” neste caso, eram os libertos sobre cláusulas de prestação de serviço. Conforme pudemos perceber no texto do autor, esta “forma de escravidão disfarçada”, era uma prática muito difundida entre os senhores de Porto Alegre na década de 1880.

Paulo Moreira escreve que “O sistema de contratos foi mais uma forma de protelar a libertação do trabalhador escravo. Sua força de trabalho continuou pertencendo ao seu ‘contratador’ que dela se utilizava em seu próprio serviço ou cedia a outros” (MOREIRA, 1990, p.213). Embora esta informação contida no inventário de Ângelo Lourenço tenha nos instigado bastante, pensamos que mergulhar nesta questão exigiria leituras e interpretações da nossa

---

<sup>1</sup> O Annunciante; Porto Alegre, 16/08/1855. Anúncios.

<sup>2</sup> Inventário *post mortem* 1 de Manuel Lourenço Mariante - 1º Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, inventário. APERS.

<sup>3</sup> Inventário *post mortem* 2 de Joaquim Manoel da Silva - 1º Cartório do Civil, nº139, maço 7, estante 27, janeiro/1837, inventário, APERS.

<sup>4</sup> Inventário *post mortem* 3 de José Joaquim da Silva - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nº 416, 1874, inventário, APERS.

<sup>5</sup> Inventário 4 de Ângelo Lourenço Mariante – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, processo nº59, 1888.

parte, que não daríamos conta de fazer neste estudo. Já os inventários de Joaquim José da Silva (1837) e José Joaquim da Silva (1874) foram escolhidos pelas seguintes razões. Eram os inventários que possuíam mais escravos, respectivamente, 16 e 14, e consideramos que este fator nos ajudaria na construção da hipótese formulada no segundo capítulo, a respeito da mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão, em razão do provável mercado local de aluguel de escravos roceiros, campeiros e lavradores.

Outro motivo importante de ressaltar é que, no inventário de José Joaquim da Silva, encontramos informações mais detalhadas sobre os escravos, além do nome, idade e nação de origem, pudemos saber o estado civil e se os escravos estavam “aptos” para trabalhar. O que imaginamos que tenha sido um reflexo da exigência da matrícula dos escravos, em vigor desde 1872.

Sendo assim, para o alcance dos objetivos do presente trabalho, como já citamos anteriormente, utilizamos como fonte a análise de inventários *post mortem* de Joaquim Manoel da Silva (1837) e de seu filho José Joaquim da Silva (1874), na busca por indícios que nos levem ao dado da mobilidade escrava, dos indivíduos formadores dos respectivos plantéis.

Além disso, pesquisamos os seguintes periódicos: *O Imparcial: Folha Política e imparcial*, *O Echo Porto Alegre* e *O Anunciante*. Tendo em vista que, utilizaremos estes jornais como outra fonte fundamental para a construção da nossa narrativa. O antropólogo Gilberto Freyre em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, fala acerca da amplitude de possibilidades sugeridas por este tipo de documentação, ressaltando que “os anúncios constituem a melhor matéria ainda virgem para o estudo e a interpretação de certos aspectos do nosso século XIX (FREYRE, 1979, p. 3).

Outra abordagem utilizada neste estudo foi orientada pelo paradigma indiciário, a partir de Carlo Ginzburg (1989). Para isso, como veremos adiante, aplicamos na leitura das nossas fontes as seguintes noções de rastros, indícios e sinais, discutidas por Ginzburg em seu célebre artigo *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário* (1989). Nosso propósito foi interpretar os jornais e os inventários, através dos pressupostos definidos pelo autor, considerando que, à primeira vista, não encontramos dados concretos sobre a mobilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão durante a análise das fontes que foram consultadas para este estudo (Ginzburg, 1989).

Em paralelo a esses procedimentos metodológicos, fizemos um debate com os autores que discutem em seus trabalhos o tema da escravidão em Porto Alegre, com o aspecto voltado para a reflexão a respeito das relações escravistas, especialmente o mundo dos escravos e

libertos, suas ocupações profissionais, modos de sociabilidade e suas estratégias para a construção de experiências de vida mais autônomas.

Quanto ao conceito de mobilidade espacial, que utilizamos como ferramenta para o embasamento teórico desta pesquisa, tomamos como base de referência para o presente trabalho, os estudos do historiador Marco Aurélio Santos, que realizou pesquisas na área da Geografia e que pratica uma interação muito apropriada entre ambas as disciplinas, no sentido de pensar a dimensão geográfica e espacial da mobilidade escrava. Sobretudo, as reflexões abordadas na sua obra *Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888* (SANTOS, 2016) e no artigo *A dimensão espacial no estudo da escravidão* (SANTOS, 2014).

Contudo, é necessário dizermos que o termo mobilidade espacial não aparece desta maneira nos escritos de Marco Aurélio Santos. O autor utiliza em seus textos o conceito polissêmico de mobilidade. Porém, neste estudo, propomos complementar o conceito de mobilidade, utilizado por Marco Aurélio Santos, com a palavra espacial, resultando em uma concepção de espacialidade e formando, assim, o termo mobilidade espacial. O que para muitos pode ser visto como uma redundância, pois - tudo aquilo que é dotado de mobilidade, move-se no espaço -, para nós, é uma maneira de alertar o leitor para a diferença entre o conceito de mobilidade, propriamente, ligado ao movimento dos indivíduos no interior de determinado local ou região e o conceito de mobilidade social, que foca mais especificamente no trânsito vertical de indivíduos e grupos ao longo de uma estrutura social hierárquica.

Em diversos aspectos, ambos os conceitos se entrecruzam. Como podemos ver em Renato Balbim:

Todas as formas de mobilidade estão ligadas à divisão social e territorial do trabalho e aos modos de produção, que configuram o espaço - tanto social, quanto territorial em suas múltiplas escalas -, o que implica ao homem moderno o aprofundamento da vida das relações, inclusive, com os objetos que também se multiplicam e se tornam portáteis. Há no movimento histórico, a emergência e a predominância do movimentar-se como um dos principais elementos de definição dos indivíduos e da sociedade (BALDIM, Renato, 2003, p. 23).

Quanto ao conceito de espaço, outro termo polissêmico, nos apoiamos na definição dada pelo geógrafo Milton Santos. Segundo ele, o espaço é composto por uma relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Ou seja, o espaço é um produto da interação entre a natureza e o homem (SANTOS, 1997, 67, 50).

A partir desta breve introdução aos referenciais teórico-metodológicos (que serão retomados ao longo da análise), será apresentado o estudo, que foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo construirá um breve panorama histórico da Fazenda Boqueirão, abordando as características das atividades econômicas exercidas na propriedade e, a partir disso, levantará hipóteses para a mobilidade espacial dos escravos do local, imaginando rotas e possibilidades de deslocamento para além dos limites da propriedade senhorial. O segundo capítulo pretende mostrar através de anúncios de jornais publicados em Porto Alegre no século XIX, a existência de um mercado de trabalho expresso por meio da compra, venda e aluguel de escravos, roceiros, campeiros e lavradores. Nossa intenção aqui é refletir sobre a mobilidade espacial dos escravos gerada por este mercado local, e imaginar a possibilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão, terem participado deste mercado, como escravos alugados por temporada, em propriedades vizinhas ou até mesmo mais distantes. Por fim, no terceiro capítulo, estabelecemos um diálogo com autores de estudos sobre a escravidão no século XIX em Porto Alegre e cidades vizinhas, relacionando estes estudos com a crônica de Antônio Álvares Pereira Coruja e o romance *A Divina Pastora*, escrito por Caldre Fião em 1847, juntamente com relatos de memorialistas como Francisco Riopardense de Macedo, Sérgio Costa Franco e Walter Spalding, a fim de sustentar as hipóteses formuladas nos capítulos 1 e 2.

## Capítulo 1 - Fazenda Boqueirão: Elementos, dados e possibilidades

Hoje em dia quem passa de carro apressado pela estrada Afonso Lourenço Mariante, seja vindo do bairro da Lomba do Pinheiro via Estrada João de Oliveira Remião, ou vindo da zona sul pela Estrada da Costa Gama, ou então do centro pela Avenida Oscar Pereira, antiga Estrada do Belém Velho, ao se aproximar do trecho entre o atual Beco da Figueira e toda extensão da vila Quinta do Portal, nem imagina que está próximo de um sítio arqueológico, cadastrado em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Espaço onde, no século XVIII e XIX, encontrava-se assentada a Fazenda Boqueirão.

Trata-se de uma propriedade muito antiga, que teve sua origem localizada ainda no tempo das sesmarias. A arqueóloga Juliana Pozzo Tatsch (2015), sugere que as terras doadas pela Coroa Portuguesa, por meio de uma carta de sesmaria a Miguel Braz, natural de Laguna e morador dos Campos de Viamão no ano de 1755. Abaixo lê-se um trecho da carta.<sup>6</sup>

[...] Gomes Freire de Andrada, Cavalleiro professo na Ordem de Christo do Conselho de S. Mag. Mestre de Campo General de seus exércitos, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro com o Governo das Minas Geraes & Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que havendo Respeito a me Representar por sua petição a Miguel Bráz morador nos Campos de Viamão que ele havia estabelecido a vinte anos hua estancia com animaes vacuns e cavalaes a qual teria Legoa e meya de cumprido e de largo em partes meya Legoa e em outras húm quarto partindo pelo Rumo do Nordeste com Francisco Xavier de Azambuja, pelo sudoeste com Agostinho Guterres; pella parte de leste com Francisco Rodriguez e de Oeste com Sebastião Francisco [...] (TASTCH, 2015, p.43).

Como podemos ver no mapa abaixo, desenhado pelo cartógrafo Clóvis Silveira de Oliveira (OLIVEIRA apud TASTCH, 2015, p. 43), estas terras foram doadas a Miguel Braz e faziam fronteira pelo lado oeste com a sesmaria de Francisco Chaves, ao sul com a sesmaria de Dionísio Mendes, e ao leste com a sesmaria de Sebastião Francisco Peixoto.

---

<sup>6</sup> Registro de hua carta de Sesmaria passada a Miguel Braz, 06/12/1755. In: Revista do Archivo Público Mineiro, nº 1, vol. 24, 1933. (TASTCH, 2015, p. 43, nota de rodapé).



Figura 1- Planta com a localização das sesmarias que deram origem à cidade de Porto Alegre. O círculo vermelho mostra a localização aproximada da Fazenda Boqueirão. FONTE: TATSCH, 2015, p. 43.



*Figura 2* - Localização aproximada da Fazenda Boqueirão na Planta topographica e Orographica do 4º e 5º distrito do município de Porto Alegre, setor nordeste, 1896. FONTE: TATSCH, 2015, p. 49.

Miguel Braz faleceu em 1785, aos 70 anos. Ele era casado com Isabel dos Santos Maciel, que ficou sendo sua viúva e herdeira. No entanto, Isabel casou-se novamente no ano de 1789, com Bernardo José da Rocha, e este, por ser considerado “cabeça de casal”, teria sido o responsável pela venda das terras ao açoriano Manuel Lourenço Mariante. Contudo, é só a partir da posse de Manuel Lourenço Mariante que começamos a perceber indícios mais esclarecedores das atividades econômicas exercidas na fazenda (TASTCH, 2015).

Conforme vimos no seu inventário *post mortem*, escrito no ano de 1791, Manuel Lourenço, deixou entre seus bens, além de casa de moradia, uma atafona, trezentos e quarenta e oito reses, vinte e três bois mansos, vinte três cavalos mansos e sessenta égua xucas, e uma quantidade de cinco escravos, todos africanos e do sexo masculino, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1: Listas de escravos no inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791)**

<i>Nome</i>	<i>Idade (anos)</i>	<i>Nação</i>	<i>Valor (réis)</i>
Antônio	30	Cabundá	70
Francisco	30	Cabundá	68
Caetano	41	Benguela	67
Manoel	28	Angola	66
Gaspar	29	Congo	65

Tabela 4: *Lista de escravos do inventário de Manuel Lourenço Mariante (1791)*. FONTE: 1º Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, inventário. APERS

As características dos escravos encontradas neste inventário são corroboradas pelos estudos de Luciano Costa Gomes, que analisam a participação da mão de obra escrava na área rural de Porto Alegre na década de 1780, em que este aponta para uma predominância de escravos adultos, com idade entre 15 e 44 anos e do sexo masculino. O autor atribui a disparidade entre homens e mulheres cativos à própria dinâmica do tráfico, que naquela época, privilegiou a entrada de homens adultos (GOMES, 2012; GOMES, 2010).

Também parece certo dizer, que estes cinco cativos, propriedade de Manuel Lourenço Mariante, conforme o inventário 1, compunham a principal, senão total, força de trabalho da Fazenda Boqueirão. Provavelmente, estes escravos se dividiam entre si para dar conta tanto dos trabalhos que estavam ligados diretamente à atividade pastoril, como, por exemplo: o manejo e o cuidado com as reses, bois mansos, cavalos e éguas da fazenda, quanto o trato da terra para a plantação de algumas culturas como feijão e outros legumes, milho ou mandioca, tendo em vista, que havia na propriedade uma atafona - espécie de engenho de moer grãos. Além disso, poderiam cuidar de outros afazeres como, por exemplo, o abastecimento de água, o corte de lenha, entre outros.

No entanto, não foi possível extrair informações mais detalhadas sobre a dinâmica das práticas econômicas exercidas, no período em que Manuel Lourenço Mariante comandou a Fazenda Boqueirão. Através apenas da análise do inventário *post mortem* 1 de Manuel Lourenço Mariante (nossa única fonte disponível), não foi possível identificar exatamente qual o tipo de comércio a que estavam destinados o rebanho da fazenda. Nem mesmo podemos saber se a atafona produzia suas farinhas, para fins de consumo próprio da família senhorial e da escravaria, ou então com propósitos de comercialização no mercado local.

Com o falecimento de Manuel Lourenço, seu filho Joaquim Manoel da Silva herdou a sede da Fazenda Boqueirão, data do ano de 1837 seu inventário *post mortem*, que denominamos de inventário 2. Entre os bens deixados por Joaquim Manoel da Silva aos seus herdeiros, constam, uma casa de morada, engenho de farinha, armazém, atafona, pertences de fazer farinha e moer cana, alguns poteiros como os poteiros do Rincão, Cerca de Pedras e Lavadeiras. Foi difícil de efetuar uma leitura satisfatória de algumas das páginas do inventário 2, de Joaquim Manoel da Silva, devido à ação do tempo e das traças sobre o papel, no entanto, mesmo não conseguindo identificar o tamanho do rebanho, encontramos no inventário uma menção a “reses de criar”. Também, cabe mencionar que a escravaria de Joaquim Manoel da Silva, que foi relacionada no inventário *post mortem* 2, contava com um número de 16 cativos, sendo dez homens e seis mulheres. Uma quantidade de escravos três vezes maior do que a deixada pelo seu pai Manuel Lourenço Mariante.

**Tabela 2: Listas de escravos no inventário de Joaquim Manoel da Silva Mariante (1837)**

<i>Nome</i>	<i>Nação</i>	<i>Valor (réis)</i>
Domingos (velho)	Benguela	100

Antônio	Ganguela	100
Felizardo	Pardo	500
Benedito	Crioulo	500
Rafael	Crioula	500
Mateus	Rebolo	400
André	Crioulo	300
Semião	Crioulo	400
Luís	Pardo	450
Adão (4 anos)	Crioulo	128
Maria da Luz	sem identificação	200
Rita	Crioula	300
Rosa	Rebolo	400
Maria	Parda	400
Joana	Crioula	300
Eva	Crioula	128

---

*Tabela 5* - Listas de escravos no inventário de Joaquim Manoel da Silva Mariante (1837). FONTE: 1º Cartório do Civil, nº139, maço 7, estante 27, janeiro/1837, inventário, APERS.

Assim, no inventário *post mortem* 3, de José Joaquim da Silva, herdeiro de Joaquim Manoel, e o último inventário utilizado por nós nesta pesquisa, aparece também uma série de bens que indicam, não só a continuidade, como também, a expansão das atividades econômicas iniciadas com o seu avô Manuel Lourenço Mariante no final do século XVIII. Alguns exemplos são a atafona construída de pedra e coberta de telhas, o paiol de farinha, o telheiro e a estrebaria. Ainda figuram no seu inventário, inventário *post mortem* 3, 54 bois mansos, 26 novilhos, 2 cavalos mansos, 25 éguas e 486 reses. É nesse mesmo inventário que são arrolados bens que não aparecem no inventário de Joaquim Manoel (1837): uma casa que serve de senzala, o Potreiro Novo e o Potreiro dos Lavradores, este com uma roça de mandioca.

Quanto à escravaria de José Joaquim da Silva, consta que este tinha em sua propriedade, um total de 14 escravos, 10 homens e 4 mulheres.

**Tabela 3: Lista de escravos no inventário de José Joaquim da Silva Mariante (1874)**

<i>Nome</i>	<i>Idade (anos)</i>	<i>Nação</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Valor (réis)</i>
Joaquim	60	Congo	Carpinteiro	100
João	60	Congo	Lavrador	150
Antônio	60	Congo	Lavrador	50
Jeremias	58	Congo	Lavrador	300
Miguel	56	Mina	Lavrador	500
Manoel	56	Mina	Lavrador	700
Leandro	50	Mina	Lavrador	600
Francisco	50	Mina	Lavrador	600
Tomas	34	Brasileiro	Lavrador	300
Adão	32	Brasileiro	Lavrador	800
Quitéria	60	Mina	Cozinheira	100
Catarina	31	Brasileira	Cozinheira	600
Joana	38	Brasileira	Cozinheira	600
Madalena	18	Crioula	Cozinheira	600

*Tabela 6* - Lista de escravos no inventário de José Joaquim da Silva Mariante (1874). FONTE: Inventário post mortem 3 de José Joaquim da Silva - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nº 416, 1874.

Até este ponto, salientamos, uma breve visão da origem e sucessões da Fazenda Boqueirão, numa perspectiva do seu desenvolvimento genealógico pela parte senhorial. Passaremos agora ao principal tema desta pesquisa: a mobilidade espacial dos escravos desta fazenda para além dos limites da propriedade senhorial. O fato é que, por enquanto, com base nas fontes até agora identificadas, nada sabemos sobre a mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão. Pelo menos, nada de concreto. Porém, acreditamos que podemos deduzir algumas interpretações partindo da leitura dos inventários *post mortem* dos proprietários da fazenda, sobretudo, o de Joaquim Manoel da Silva (1837) e o de José Joaquim da Silva (1874), respectivamente os inventários 2 e 3, os quais daremos mais ênfase neste trabalho.

Em ambos os inventários, inventários 2 e 3, como podemos ver anteriormente, constam a existência da atafona de moer grãos, possivelmente farinha de mandioca ou milho, paiol de farinha, poteiros para recolher cavalos, expressivo número de reses e um considerável plantel de escravos. Com esses pequenos indícios, podemos inferir que a produção econômica da fazenda (roça, gado, fabricação de farinha), era comercializada no perímetro urbano de Porto Alegre, e que este deslocamento até a cidade para a venda dos produtos fosse feito pelo senhor, algum de seus filhos, genros ou por algum peão livre, na companhia de um ou mais escravos. Considerando, o que se vê nos inventários Joaquim Manoel da Silva (inventário 2) e José Joaquim da Silva (inventário 3), possuíam, ambos, mais de uma dezena de escravos, é capaz que somente alguns escravos de “confiança”, fossem designados para fazer esse tipo de serviço que exigia um deslocamento seguido para fora dos domínios da propriedade senhorial. Para reforçar essa hipótese, lançamos mão de dois exemplos em diálogo com as autoras Mary Karasch (2000) e Valéria Zanetti (2002)

A respeito da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Mary Karasch destaca que a função mais apropriada para os cativos, era a realização de todas as atividades manuais de carga e descarga da cidade (KARASCH, 2000, p. 259). A autora também escreve que além de trabalharem na agricultura, obras públicas, manufaturas, pedreiras, vendas e serviços, os escravos cariocas também eram empregados no transporte (KARASCH, 2000).

Em Porto Alegre, é provável que existisse uma dinâmica parecida com a do cotidiano escravista carioca descrito por Karasch, ainda que fosse numa escala muito menor. Valéria Zanetti (2002) refere-se a este aspecto do escravismo urbano porto-alegrense, apontando a presença dos carregadores e quitadeiras, e outras diversas atividades empreendidas pelos negros de ganho, que circulavam pela cidade desde o amanhecer (ZANETTI, 2002, p. 69). Assim, como a mesma autora também afirma que era comum encontrar pelas ruas da cidade, cativos prestando serviços manuais contratados por terceiros (negros de aluguel) ou vivendo sobre si (negros de ganho) (ZANETTI, 2002).

É necessário retomar a nossa primeira hipótese de mobilidade espacial: alguns escravos da Fazenda Boqueirão, acompanharem seus senhores no percurso até o núcleo urbano da cidade, para efetuarem a venda dos produtos fabricados na fazenda. Trata-se de uma suspeita que foi suscitada pelos elementos indiciais encontrados nos inventários *post mortem* de Joaquim Manoel da Silva e José Joaquim da Silva, que apontam para uma atividade econômica pecuarista e agricultora na Fazenda Boqueirão, valendo-se da mão de obra escrava.

Embora não tenhamos encontrado nestes inventários nenhum rastro que indique a existência de um comércio da produção desta propriedade, é possível imaginarmos essa

possibilidade, por causa dos indicativos enunciados acima. Luciano da Costa Gomes (2012) verificou que as propriedades rurais situadas no entorno da cidade de Porto Alegre abasteciam a população da área urbana com seus produtos alimentares, suprimindo uma demanda cada vez maior, ocasionada pelo crescimento populacional (GOMES, 2012, p. 93). Segundo Zanetti, esses produtos eram comercializados em pontos fixos entre a rua do Ouvidor (atual General Câmara) e a rua da Bragança (atual Marechal Floriano), próximo das embarcações que conduziam estas mercadorias (ZANETTI, 2022, p. 59). Dando destaque também para a rua da Praia, principal rua do comércio da cidade, que se encontrava perto do cais (ZANETTI, 2022, p. 59). Desse modo, tomamos essas informações como ponto inicial para a elaboração do possível percurso feito pelos escravos da Fazenda Boqueirão, em direção ao perímetro urbano para vender os produtos dos seus senhores.

Inicialmente, dissemos que a área onde se situava a Fazenda Boqueirão, está localizada numa região pertencente ao bairro Lomba do Pinheiro na zona leste de Porto Alegre. Como o bairro Lomba do Pinheiro foi criado só no final dos anos 50 do século XX, durante o século XIX, o território da Fazenda Boqueirão esteve vinculado à Freguesia de Belém Velho (TASTCH, 2000, p. 48). Lugar que teve sua origem em 1824, ano em que um pequeno grupo de fiéis decide erguer uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Belém (TASTCH, 2000, p. 48).

É, portanto, possível supor que os escravos encarregados de fazer o transporte dos produtos da fazenda, tomassem pelo menos quatro caminhos. O primeiro, seria sair pela estrada do Boqueirão (atualmente Estrada Afonso Lourenço Mariante), seguir à esquerda em direção a Estrada do Belém (atualmente Avenida Oscar Pereira), continuar nessa estrada até chegar ao Passo da Cascata (atualmente trecho da Avenida Oscar Pereira) e depois seguir até a Azenha e dali encaminhar-se para a cidade de Porto Alegre. É provável que o segundo caminho fosse pela estrada do Boqueirão, em direção a estrada da Tiririca (atualmente Estrada João de Oliveira Remião), descendo por esta até chegar na estrada do Mato Grosso (atualmente Avenida Bento Gonçalves), e depois seguir pela estrada do Mato Grosso até chegar ao núcleo urbanizado da cidade. Também cogitamos que o escoamento dos produtos da Fazenda Boqueirão até o núcleo urbano de Porto Alegre, poderia ser feito de barco, através do Guaíba. Sobre isso, consta que no Belém Novo, durante o século XIX, o meio de transporte fluvial foi bastante utilizado pelos comerciantes da freguesia. Como podemos ver nos depoimentos do professor Alberto Koller e do genealogista Christiano Goulart:

Aqueles anos das embarcações que iam para Rio Grande, Triunfo, Tapes, Barra do Ribeiro, e até mesmo Porto Alegre. Aí eles transportavam milho,

trigo, latas de banha, batata inglesa, muita batata doce, farinha de mandioca, víveres, e até embarcando algum animal que era vendido lá [...] Escoar a produção para o centro, o tijolo por exemplo: bota um barco, como é que tu vai carregar de carreta? Dizem que essa estrada aqui, Francisco de Oliveira Vieira era a estrada do Morro São Pedro. Segundo as denominações atuais o trajeto antigo era: sai daqui e vai até uns duzentos metros da rótula da Restinga, depois pegar a Edgar Pires de Castro, a estrada Costa Gama e aí segue: Belém Velho, Glória e aí vai direto para o centro pela Oscar Pereira. Esse era o caminho para ir vir para Belém Novo aqui por trás. Aqui na frente foi feito só na década de trinta (FREIRE, 2000, p. 24-5).

Não desconsideramos a possibilidade de um quarto destino, devido a Fazenda do Boqueirão estar localizada próximo a cidade de Viamão, que nesse caso, poderia ser acessada pela estrada do Mato Grosso ou pela estrada da Tamanca (atualmente Rua Dolores Duran).

Marco Aurélio Santos aponta para a importância de olhar para a questão geográfica da mobilidade espacial dos escravos no espaço agrário, pensando os seus espaços de ação, e entendendo-os, como uma chave essencial para a compreensão das relações escravistas (SANTOS, 2016, p. 27). Isto é, no sentido de que a prática da mobilidade espacial empreendida pelos escravos para além da propriedade senhorial podiam gerar encontros a nível de sociabilidade e religiosidade, que certamente, fugiam das normas de controle escravista (SANTOS, 2016, p. 27). O autor assinala ainda que

O ir e vir de cativos livrava-os temporariamente da supervisão de seus proprietários e permitia também, provisoriamente, deve-se sublinhar - alguma liberdade para se relacionar com pessoas e escravos de outras localidades ou plantações (SANTOS, 2016, p. 22).

Suas reflexões sobre o que ele chama de “geografia da escravidão” também nos ajuda a pensar sobre as questões geográficas relativas à dinâmica das trocas comerciais existentes entre o mundo agrário e urbano porto-alegrense no século XIX. Principalmente, sobre o deslocamento dos escravos das fazendas até a cidade. E as redes de relações que poderiam ser construídas durante esses deslocamentos. Voltando para a Fazenda Boqueirão, frente a um campo de possibilidades para imaginar os tipos de mobilidade espacial que podiam ser exercidas pelos escravos da propriedade, apontamos a hipótese de que alguns escravos seriam encarregados de transportar os produtos que eram vendidos no núcleo urbano da cidade. No entanto, a partir da leitura do inventário de José Joaquim da Silva (1874), levantamos uma segunda hipótese de mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão, tema que será abordado no nosso segundo capítulo: a possibilidade de os escravos da fazenda serem alugados para prestarem serviços por temporada em fazendas da vizinhança e outros estabelecimentos rurais localizados nas proximidades da Fazenda Boqueirão.

Por fim, é importante destacar que, até o presente momento, utilizamos em nosso trabalho a palavra **indício**, num sentido que dialogue com a perspectiva abordada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (1989) em seu artigo *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. Neste artigo, Ginzburg, explica o que ele chamou de paradigma indiciário, por meio de uma comparação metafórica entre as atividades ligadas ao ofício de historiador, com atividades de uma série de outras profissões, como médico, psicanalista, juiz e detetive. O autor também faz referências a ofícios muito mais antigos na história da sociedade, por exemplo, os caçadores, que buscam sua caça, a partir de elementos que Ginzburg avalia como *secundários*, que são considerados rastros, que por exemplo, no caso de um caçador seriam as pegadas de um animal. Na perspectiva do historiador italiano, a habilidade de interpretar os indícios produzidos por estes rastros constitui, de fato, o saber indiciário (GINZBURG, 1989).

Consoante esta breve explanação, tal perspectiva está relacionada neste trabalho, pelo motivo da carência de fontes sobre a Fazenda Boqueirão num contexto geral. Tendo em vista que o nosso objetivo é discutir a mobilidade dos escravos, surge a questão: como identificar padrões de mobilidade espacial dos escravos, a partir da leitura de uma fonte muito específica que são os inventários *post mortem*? Justamente, isso só foi possível por meio de uma leitura dos inventários de Manuel Lourenço Mariante (1791), mas sobretudo, da leitura dos inventários de Joaquim José da Silva (1837) e José Joaquim da Silva (1874), os que mais nos interessaram, por conta do recorte cronológico escolhido para essa pesquisa. Por conseguinte, durante a leitura destas fontes aplicamos o método do paradigma indiciário, proposto por Ginzburg, onde encontramos rastros e sinais, que possibilitaram a construção das nossas hipóteses de mobilidade espacial dos escravos que foram levantadas neste capítulo.

## Capítulo 2 - Que entenda de “roça” e de “campo”<sup>7</sup>

Neste capítulo, verificaremos anúncios retirados de 6 periódicos que circularam na cidade de Porto Alegre em diferentes épocas do século XIX. Nossa análise permitiu considerar a existência de um mercado local, que comprava, vendia, alugava ou trocava, escravos especializados nas ocupações de roceiro ou de campeiro. Deduzimos que a existência deste mercado local possibilitava um outro modo dos escravos se movimentarem entre o mundo rural e urbano de Porto Alegre.

Ao analisarmos o inventário *post mortem* 3, de José Joaquim da Silva, identificamos que ele possuía um plantel composto por quatorze escravos. Nas páginas do inventário de José Joaquim, aparecem os ofícios dos seus escravos. Ao contrário do que ocorre nos inventários de Manuel Lourenço Mariante (1791), inventário 1, e de Joaquim José da Silva (1837), inventário 2, onde a profissão dos escravos arrolados não foram mencionadas.

No capítulo anterior, vimos uma tabela (tabela 3) que mostra o perfil da escravaria de José Joaquim da Silva, elencando o nome, a idade, a nação e ofício de cada escravo de sua posse. Verificamos um predomínio dos escravos do sexo masculino em relação às escravas do sexo feminino, que segundo o inventário, desempenhavam serviços domésticos como os de lavadeira e cozinheira, enquanto os dez escravos homens, estão relacionados, quase que de forma unânime, ao ofício de lavrador. Apenas um escravo aparece tendo um ofício diferente: Joaquim Congo, sessenta anos, profissão carpinteiro.

A escravaria de Joaquim José da Silva, falecido em 1837, contabilizava dezesseis escravos, e possuía um perfil muito parecido com a escravaria comandada pelo seu sucessor José Joaquim, sobretudo, no aspecto do predomínio dos escravos homens em relação às escravas mulheres. Eram dez escravos do sexo masculino e seis escravas do sexo feminino. Como já dissemos anteriormente, infelizmente, não foi possível encontrar no inventário de Joaquim José da Silva, a profissão dos seus escravos.

Mas vamos supor que, do ponto de vista profissional, o plantel de escravos de Joaquim José, em 1837, tivesse as mesmas características que o plantel de escravos do seu filho José Joaquim em 1874. Este fato reforçaria ainda mais o nosso argumento levantado no capítulo anterior, de que os escravos homens da Fazenda Boqueirão, seriam empregados na atividade pastoril e das plantações. Com efeito, o dado retirado do inventário de José Joaquim da Silva,

---

<sup>7</sup> O Annunciante; Porto Alegre, 16/08/1855. Anúncios.

que dos seus dez escravos do sexo masculino, nove foram registrados com o ofício de lavrador, nos coloca diante de uma segunda hipótese de mobilidade espacial possível para os escravos da Fazenda Boqueirão: essa mobilidade seria resultante do aluguel dos escravos da Fazenda Boqueirão para prestarem serviços em fazendas da vizinhança e estabelecimentos rurais nas proximidades.

Porém, antes de avançarmos neste caminho, vamos retomar a concepção de mobilidade elaborada para os fins analíticos deste estudo. As nossas concepções acerca da noção de mobilidade espacial dos escravos foram construídas, primeiramente, a partir do significado da palavra mobilidade, no aspecto próprio daquilo que se move no espaço, articulando com seus respectivos sinônimos. No sentido de pensar hipóteses de movimento, fluxo, trânsito e deslocamento dos escravos da zona rural por outros espaços além dos limites da propriedade senhorial. Sem pretender incorrer em anacronismos, nossa concepção também se aproxima dos debates contemporâneos sobre mobilidade urbana. Noção hoje em dia mais vinculada ao urbanismo, mas que aparece de outras formas e com outros nomes e abordagens em diversos trabalhos sobre a experiência escrava nas cidades brasileiras (BALBIM, 2003; DUARTE, 2002).

Posto isso, é importante dizer que chegamos nessa hipótese de que o aluguel de cativos por temporada também era uma forma de economia praticada pelos senhores da Fazenda Boqueirão, a partir do momento que começamos a consultar alguns jornais que circulavam em Porto Alegre no século XIX, nos períodos aproximados da década de 1830 até a década de 1870. Primeiro, pesquisou-se os nomes de Joaquim José da Silva e José Joaquim da Silva, na intenção de encontrar alguma referência direta ou indireta a eles, que nos ajudasse a descobrir se os dois tinham algum tipo de atuação na vida da sociedade porto-alegrense da época, no aspecto comercial, social e religioso. Credo que isso nos ajudaria a melhor compor o quadro da mobilidade dos indivíduos do espaço agrário para o urbano, ainda que numa perspectiva da mobilidade dos senhores. Porém, nessa procura em periódicos, não encontramos nenhuma referência a Joaquim José, nem a José Joaquim, muito menos à Fazenda Boqueirão.

No entanto, lendo esses jornais, uma coisa nos chamou atenção. Entre anúncios de fuga de escravos, anúncios de chegada e partida de paquetes, sumacas e iates vindos de diversos lugares do Brasil, notícias da Europa, perda de óculos e resultados da loteria, também havia uma quantidade expressiva de anúncios voltados para a compra e venda de escravos, sapateiros, marinheiros, alfaiates, cozinheiros e amas de leite. Mas também foi possível identificar a existência de um mercado local de compra, venda e aluguel de escravos, com ofícios específicos de roceiro, campeiro e lavrador. Como podemos ver neste anúncio do jornal *Echo Porto Alegre*

do dia 20 de novembro de 1834, que informava o seguinte: “Precisa-se de quatro a seis escravos para trabalhar em huma obra distante desta Cidade duas legoas: quem os tiver, e queira alugar, dirija-se a Manoel Freitas Leitão na rua da Praia que tem ordem para fazer o ajuste”<sup>8</sup>.

Nessa mesma linha, o *Correio da Liberdade* de 15 de junho de 1831 anuncia o seguinte:

Precisa-se de um escravo bom para trabalhar na roça e dá-se por ele uma negrinha sem vício algum, de 13 a 14 annos, que já sabe costurar, e lavar com princípio de engomar, quem quiser fazer esse negócio, ou comprar a dita negrinha, dirija-se a casa de Manoel da Silva Só, com loja de tamancos no beco do fallecido João Ignacio Teixeira.<sup>9</sup>

A partir da análise do conteúdo destes dois anúncios, podemos identificar, além de uma procura por escravos para trabalharem em lugares “distante desta cidade” e na “roça”, outras duas dinâmicas diferentes. No primeiro anúncio fica nítido que o objetivo do anunciante é alugar uma quantia de quatro a seis escravos, provavelmente para a realização de um serviço pontual (uma obra). Já no segundo anúncio, do *Correio da Liberdade*, percebe-se a procura por um escravo que saiba trabalhar na roça, porém, com o propósito de adquiri-lo por meio da troca por uma jovem escrava com dotes de costureira e lavadeira, atividades que poderiam ser empregadas tanto na cidade quanto no campo. Sobre isso podemos lembrar mais uma vez Valéria Zanetti, quando a autora fala sobre o ecletismo do trabalhador cativo em Porto Alegre: “O cativo urbano foi trabalhador eclético. Executava, ao mesmo tempo, várias tarefas; muitas delas diversas de sua principal qualificação. Em um anúncio de *O Mercantil*, vendia-se um cativo que sabia ‘lavar, engomar, cozinhar, costurar liso e entende do trabalho de pedreiro’” (ZANETTI, 2002, p. 68).

No que diz respeito ao trabalho, essa polivalência do trabalhador cativo, também pôde ser observada nas páginas dos jornais consultados para este trabalho. Por exemplo, em um anúncio de *O Imparcial*, vendia-se um escravo “mosso sadio e sem vício” com ofício de “cozinheiro, sapateiro, alfaiate, campeiro e bolieiro”<sup>10</sup>. Outro jornal, anunciava a venda de um escravo “mosso” que sabia “remar, lavar, cozinhar” e “trabalhar em todo serviço de roça”<sup>11</sup>. Em 1852, o *Mercantil*, de Porto Alegre, anunciou que vendia-se “um crioulo de pouca idade, que entende de serviço de campo e próprio para qualquer ofício”<sup>12</sup>. As escravas mulheres não ficavam de fora dessa categoria, inclusive, podendo ser empregadas nos serviços de roça e de campo, como pode-se ver neste anúncio publicado em 1836 pelo jornal *O Mensageiro*,

<sup>8</sup> Echo Porto Alegre, Porto Alegre, 1834.

<sup>9</sup> Correio da Liberdade, Porto Alegre, 15/6/1831.

<sup>10</sup> O Imparcial, Porto Alegre, 12/2/1845.

<sup>11</sup> O Imparcial, Porto Alegre, 8/1/1845.

<sup>12</sup> O Mercantil, Porto Alegre, 20/11/1852.

solicitado pelo anunciante Antônio Álvares Pereira Coruja, autor do livro *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre* e o mais antigo e tradicional cronista da cidade: “Na rua da Graça, na casa de Antônio Álvares Pereira Coruja, vende-se uma escrava crioula ainda moça, que faz todo o serviço de uma casa, e ainda tem muito préstimo para roça [...]”<sup>13</sup>.

Podemos tentar articular as informações contidas nestes anúncios com a experiência dos escravos da Fazenda Boqueirão, imaginando que eles também pudessem fazer parte deste mercado sendo alugados por temporada, vendidos ou trocados, por inúmeros motivos e circunstâncias. E como isso revelaria uma certa mobilidade espacial dos escravos envolvidos, para além da propriedade senhorial, principalmente, em casos de aluguel. Haveria a possibilidade de existir um movimento pendular desses escravos, que dependeria de vários fatores como o volume de trabalho na própria Fazenda Boqueirão, por exemplo, em períodos de alta produtividade ou baixa produtividade, entressafra, e a disponibilidade do mercado local.

Pode-se pensar que muitos dos escravos registrados como lavradores no inventário José Joaquim da Silva em 1874, e os escravos de Joaquim José da Silva, que não foram registrados como lavradores em 1837, mas que provavelmente também eram lavradores, roceiros ou campeiros, sabiam desempenhar uma série de outros ofícios especializados como pedreiro, cozinheiro, remador, sapateiro, alfaiate, padeiro, podiam ser alugados para prestarem serviços para terceiros, aumentando, assim, a renda dos seus senhores. Por exemplo, o preto Joaquim Congo, escravo registrado com a profissão de carpinteiro no inventário de José Joaquim da Silva, poderia prestar serviços de carpintaria dentro da fazenda, como, a armação de estruturas de madeira, construção de cercas para os poteiros, construção e reparos de móveis, como também poderia ser alugado para realizar serviços pontuais de carpintaria em outras fazendas e chácaras da vizinhança. Ao mesmo tempo em que desempenhava o papel de lavrador, juntamente com seus nove parceiros de cativo, registrados como lavradores. Mesma situação que poderia ocorrer com todos os membros daquela escravaria, sem exceção ou distinção de gênero. Nesse sentido, Miguel, preto mina de cinquenta e seis anos, e o preto Adão, brasileiro com trinta e dois, provavelmente, além de trabalharem nas roças da Fazenda Boqueirão como lavradores, possuíam outras profissões que talvez permitissem a eles uma certa mobilidade para espaços fora dos domínios da propriedade senhorial.

Ainda tratando do inventário *post mortem* de José Joaquim da Silva, uma das principais fontes utilizadas por nós neste trabalho. Verificamos que havia quatro escravas mulheres: Quitéria, preta mina de sessenta anos, arrolada no inventário como cozinheira, e as demais

---

<sup>13</sup> O Mensageiro, Porto Alegre, 8/1/1836.

brasileiras de cor preta, Catharina, filha da Quitéria, com trinta e um anos, Joana, trinta e oito, e Magdalena, dezoito anos, inventariadas como costureiras. Nesse caso, as escravas Catharina, Joana e Magdalena, além da costura, poderiam executar outras tarefas de cunho doméstico, como, a limpeza da casa grande e ajudar a já idosa escrava Quitéria nos serviços da cozinha. Como podiam realizar o serviço de lavadeiras, passadeiras e, talvez, por se tratar de mulheres mais jovens, serem empregadas como lavradoras. Reforçamos aqui o quanto essa pode ter sido uma forma de exploração da mão de obra escrava, muito utilizada pelos proprietários da área rural de Porto Alegre. Falamos da prática do aluguel de escravos lavradores, roceiros e campeiros, que também podiam desempenhar outras ocupações, e assim, se deslocarem para fora da propriedade senhorial, tanto quanto, da utilização dos escravos nas mais variadas tarefas de uma propriedade rural.

Voltando para a questão deste mercado local que alugava, vendia e comprava escravos versados nas atividades do campo (roceiros, campeiros, lavradores), veremos outros anúncios, com o objetivo de entender a dinâmica deste mercado. Em *O Annunciante*, do dia 16 de agosto de 1855, publicou-se que se precisava alugar ou comprar “dous escravos, sendo um que entenda de Roça e outro de Campo”<sup>14</sup>. O requerente também exigia que os escravos fossem idosos.

Em outro jornal da cidade, era anunciado a procura de escravos para alugar para serviço de roça, quem os tivesse que procurasse pelo senhor João Caetano Ferraz, na rua da Praia “para efetuar o ajuste”.<sup>15</sup> Por outro lado, havia anúncios como este, que dizia que um tal Manoel Ferreira Porto Filho, precisava alugar por “mez” quatro escravos “robustos”, próprios para todo serviço<sup>16</sup>. Nota-se, que Manoel Ferreira, não procura por profissionais específicos, mas o fato dele precisar de escravos robustos, sugere que ele precisava desses trabalhadores para desempenhar um serviço pesado. Serviço que poderia não ter nenhum tipo de ligação com os trabalhos de um lavrador ou campeiro, mas que também não impediria que os escravos da Fazenda Boqueirão ou de outras fazendas da área rural de Porto Alegre, que porventura, fossem “robustos” também fossem alugados para este tipo de empreitada.

Temos outro exemplo retirado das páginas do jornal *O Imparcial*, de 16 de abril de 1845, que anunciava que alguém na rua da Praia, n<sup>o</sup>74, precisava alugar um escravo “robusto”, “bom campeiro” e que também soubesse “charquear e cortar carne em açougue”.<sup>17</sup> Também havia aqueles senhores que procuravam comprar escravos roceiros e campeiros, e certas pessoas

---

<sup>14</sup> O Annunciante, Porto Alegre, 16/8/1855.

<sup>15</sup> O Mensageiro, Porto Alegre, 13/11/1835.

<sup>16</sup> O Imparcial, Porto Alegre, 14/12/1844.

<sup>17</sup> O Imparcial, Porto Alegre, 16/4/1845.

dispostas a vendê-los. Como pode-se ver numa nota publicada pelo *O Imparcial*, que anunciava a venda de um escravo de meia idade “que entende de roça e campeiro”<sup>18</sup>. Durante a nossa pesquisa nos deparamos com muitas publicações, parecidas com esta, anunciando a venda de bons roceiros e campeiros. Alguns anúncios assinalavam que os escravos também eram aptos para realizar outras ocupações, como a de remador, sapateiro e pedreiro.

Aparentemente, a leitura destes anúncios nos faz pensar em como era comum os escravos possuírem múltiplas qualidades profissionais, e o quanto isso pode ter sido um subsídio para a sua mobilidade espacial. Dependendo dos serviços que o escravo prestava, isso permitiria um deslocamento de natureza flexível, no sentido, *a priori*, de não existir um isolamento que autorize a afirmação de que o escravo do campo passa a vida inteira isolado no campo e o escravo urbano passa a vida inteira na cidade. Por exemplo, um escravo campeiro de uma fazenda da área rural de Porto Alegre, poderia ter vários destinos, ser alugado para campear em outras fazendas vizinhas; trabalhar de pedreiro, carpinteiro numa obra perto da cidade, ser vendido para algum morador da cidade para desempenhar atividades ligadas ao mundo urbano. Demonstrando, assim, uma outra experiência de mobilidade espacial. Uma noção que difere do ponto de vista articulado pela historiadora Valéria Zanetti, de que a vida do trabalhador escravizado da área rural estava restrita à unidade produtiva (ZANETTI, 2002, p. 68).

Da mesma forma que apontamos para a possibilidade de que muitos escravos que circulavam pelas ruas de Porto Alegre, desempenhando misteres associados ao cotidiano da vida urbana, tivessem algum tipo de experiência pregressa como roceiros e campeiros em outras paragens. Isso abrange a nossa concepção de mobilidade, trazendo à tona um dos seus sinônimos que é a trajetória. Palavra que, conforme os dicionários, alude ao caminho percorrido por um corpo. Infelizmente, nesta pesquisa, não foi possível traçar a trajetória concreta de um indivíduo escravizado, algo que fortaleceria ainda mais as nossas pressuposições. No entanto, podemos citar histórias como a de Manoel Congo, que depois se tornou Manoel de Paula, e a de Alufá Rufino. O primeiro, desembarcado numa praia deserta do Rio Grande do Sul, em 1852, mesmo dois anos depois da proibição do tráfico de africanos, viveu como escravo na Colônia Alemã de São Leopoldo, localidade próxima de Porto Alegre (OLIVEIRA, 2006). Já, o nosso segundo exemplo, Rufino José Maria, natural da África, precisamente da área iorubá islamizada, foi trazido para o Brasil como escravo, ainda na adolescência. Do interior da Nigéria, viveu em cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre (REIS, GOMES & CARVALHO, 2010). Cidade onde viveu por três ou quatro anos, inclusive, na

---

<sup>18</sup> O Imparcial, Porto Alegre, 4/1/1845.

mesma época que Joaquim José da Silva. As histórias de Manoel Congo e de Rufino, servem para refletirmos, mais particularmente, sobre a complexidade da experiência escrava, mais particularmente à prática de transitar por vários espaços geográficos e de sociabilidade, bem como desempenhar múltiplas profissões por conta das suas variadas experiências de cativo. Dito isso, retornamos para o assunto do mercado local que demandava escravos roceiros e campeiros.

Agora, a partir deste ponto, procuraremos entender qual era o sentido dessas palavras no século XIX. O que significava ser roceiro, o que significava ser campeiro, e o que significava ser lavrador no século XIX? Para isso consultamos dois dicionários publicados na época. Segundo a quarta edição do *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Eduardo de Faria, que foi lançada em 1859, a palavra campeiro, refere-se ao campainheiro que chamava a irmandade ao som da campainha. Enquanto no mesmo dicionário não foram encontrados nenhum tipo de referência específica ao termo “lavrador”, porém, achamos uma nota referente ao vocábulo lavra, que seria a ação de trabalhar na lavoura. O autor do dicionário também informa que “antigamente lavra significava só o trabalho rústico” (FARIA, 1859, p. 567). No mesmo livro a expressão roceiro, apresenta-se para designar a pessoa que faz e planta roças, principalmente de mandioca e legumes, atividades relacionadas ao verbo roçar, que conforme o mesmo dicionário, significa o ato de cortar o mato com foice (FARIA, 1859).

Por outro lado, no *Dicionário da Língua Brasileira*, publicado por Luís Pinto no ano 1832, não encontramos um significado para a palavra “campeiro”, pois a mesma nem consta nas páginas do livro. No entanto, além de o dicionário mencionar a palavra “campino”, ou seja, o homem do campo, e vocábulo que mais se aproxima com a ideia de campeiro, também é mencionado o verbo “campear”, que significa, correr o campo a cavalo. Na compreensão do *Dicionário da Língua Brasileira*, o lavrador é aquele que lava a terra, assim como não existe neste dicionário uma referência ao significado da palavra roceiro, somente substantivo roça; terra de lavoura, ação de roçar, terra roçada de mato (PINTO, 1832).

Nesse sentido, percebe-se que a ocupação de campeiro, estava ligada, propriamente, ao pastoreio do gado vacum, cavalariagem e muar, fazer rodeio, capação e marcação (MAESTRI, 2002), atividade que conforme vimos no dicionário, exigia ações como “correr o campo a cavalo”. Sobre este ponto específico, Mário Maestri, assinala que:

Mesmo considerando a possibilidade de formas patriarcais de escravismo no pastoreio, não deixava de ser perigoso entregar um cavalo a um cativo e enviá-lo a trabalhar, sem vigilância, sobretudo próximo às fronteiras (MAESTRI, 2002, p. 92).

Por exemplo, trazendo o conteúdo desta afirmação para a realidade geográfica da fazenda Boqueirão, não é possível saber se o ato de mandar um cativo para trabalhar no campo a cavalo, representava uma preocupação séria dos proprietários daquela fazenda. Mas não podemos descartar que o risco de fuga dos eventuais escravos que efetuassem este tipo de mobilidade na Fazenda do Boqueirão, andando de cavalo, com o objetivo de desempenhar tarefas campeiras, era um risco altamente possível.

Nesse ponto, destacamos que os momentos mais propícios para as prováveis fugas dos escravos da Fazenda Boqueirão, tenham ocorrido durante os períodos de guerra na província e nos países vizinhos. Hevelly Ferreira Acruche se refere sobre este assunto, demonstrando como “o Exército era uma instituição que aceitava os escravos” (ACRUCHE, 2019, p. 62), portanto, integrar as suas fileiras como soldado, poderia representar para muitos escravos uma maneira de fugir da escravidão. A autora diz que muitos cativos eram seduzidos por essa forma de “libertação”, da mesma maneira que a deserção dos escravos, que passavam da mão dos seus senhores para as mãos do regime militar, desorganizava a estrutura de controle senhorial. Ela também ressalta que alguns senhores doavam seus escravos para os exércitos, com o propósito de contribuir com a causa revolucionária. Embora, Evely Acruche tenha focado o seu estudo no contexto das guerras de independência, ocorridas nas colônias espanholas na região do Rio da Prata, nas primeiras duas décadas do século XIX, pensamos que na Fazenda Boqueirão, esse embate também tenha acontecido, principalmente, durante os dez anos do conflito farroupilha.

Levando em consideração a localização da fazenda, aparentemente, num caso de fuga, o escravo poderia realizar a escapatória por vários caminhos, tendo em vista que a Fazenda do Boqueirão situava-se quase na fronteira com Viamão. Por outro lado, existiam os caminhos para o Belém Velho, e seguir para os lados do Belém Novo e ali alcançar as águas do Guaíba, para literalmente desaparecer dos olhos dos seus senhores para sempre. Outra opção de fuga seria ir pela estrada do Mato Grosso e dali pegar um caminho para o Passo Dorneles ou para o Passo D’Areia. Imaginamos, por fatores relativos aos diversos mecanismos da vigilância senhorial, o nível de dificuldade envolvidos na realização dessas hipotéticas fugas dos escravos da Fazenda Boqueirão.

Em estudo sobre o trabalho cativo na fazenda pastoril sul-rio-grandense, Mário Maestri (2002) também explica que parte dos cativos que trabalhavam nas fazendas não participavam das tarefas pastoris, e que era mais provável que houvesse uma maioria de familiares dos fazendeiros, empregados nessas tarefas. O que, segundo o autor, era uma prática bastante comum, sobretudo, nas fazendas de menor porte. Paradoxalmente, Maestri, também coloca que, na dinâmica do trabalho pastoril, a opção por trabalhadores livres, assalariados, representava

uma escolha mais vantajosa do que a mão-de-obra cativa. Nesse ponto, estaria a vantagem da dispensa do peão após o término da produção e em eventuais acidentes de trabalho, que envolvesse algum tipo de ferimento grave ou causasse a morte do peão contratado, não representaria prejuízo patrimonial para o patrão. Maestri também alertou para o alto preço dos salários dos peões livres, e o quanto isso pesava financeiramente, ainda mais, no orçamento das fazendas menores (MAESTRI, 2002).

Estas afirmações, talvez, sugeriram uma explicação para esta demanda por escravos campeiros, presente nos jornais da cidade de Porto Alegre no século XIX. Os fazendeiros da área rural de Porto Alegre, precisavam de escravos campeiros para trabalhar em seus campos, talvez, por períodos determinados, muito específicos, e então alugavam essa mão de obra. Em outros casos, compravam. E como já dissemos anteriormente, provavelmente, os proprietários da Fazenda Boqueirão também fizessem parte deste mercado, ora como locatários, ora como clientes, diante de uma necessidade de renovação do plantel, por exemplo.

A partir do que foi possível apreender dos significados, disponibilizados pelos dicionários consultados para este trabalho, pareceu-nos, de uma certa forma, que as palavras roceiro e lavrador, possuíam praticamente a mesma acepção na sociedade daquela época. Portanto, vamos supor que os nove escravos de José Joaquim da Silva, que foram registrados em seu inventário *post mortem*, como lavradores, de fato, desempenhassem, exclusivamente, esta função dentro das atividades da Fazenda Boqueirão, suas responsabilidades laborais, estariam mais conectadas ao cuidado com as plantações. Mário Maestri também preconiza que, na maioria das vezes, o número de trabalhadores livres ou escravos envolvidos na atividade pastoril era reduzido (MAESTRI, 2002). Por outro lado, no caso dos escravos roceiros e lavradores, ou seja, aqueles dedicados à agricultura, o mesmo autor dá o exemplo de uma propriedade na cidade de Rio Grande, que mantinha “grande pomar explorado por doze trabalhadores escravizados” (MAESTRI, 2002, p. 103), que se dedicavam também à plantação de legumes, e ressalta que com esse número de escravos, era possível explorar uma fazenda de mais de vinte mil hectares.

Falando sobre Porto Alegre no período inicial do século XVIII, Luciano Costa Gomes aponta que: “A agricultura era predominante ou, no mínimo, apresentava bastante relevo em Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio, Rio Pardo, Taquari, Estreito, Mostardas e Rio Grande” (GOMES, 2012, p. 101). E depois continua, com uma observação importante: “É preciso lembrar, entretanto, que a coexistência entre pecuária e agricultura era a regra: tanto havia lavradores com pequenos e médios rebanhos, como criadores de gado com lavoura” (GOMES, 2012, p. 101).

Nos parece que essa dinâmica da coexistência entre a pecuária e agricultura tenha sido o modo produtivo que predominou na Fazenda Boqueirão. Relacionando isso com a mobilidade dos escravos da fazenda, alcançada pela via de um possível mercado local que demandava especificamente por escravos lavradores e campeiros. A partir disso, podemos imaginar que, nem sempre, Joaquim José da Silva falecido em 1837 ou José Joaquim da Silva, falecido em 1874, utilizavam o contingente total dos seus escravos lavradores, no desempenho dos serviços da fazenda. Como dito anteriormente, nesse ponto os escravos poderiam ser negociados conforme as necessidades existentes naquela propriedade. E é nessas transações - foco no aluguel - que ocorria a mobilidade espacial do escravo negociado. Tais negociações poderiam ser efetuadas devido a certos acontecimentos, como a própria sazonalidade da safra dos alimentos cultivados na fazenda ou questões de contexto mais econômico, como crises financeiras, provocadas, por exemplo, pela situação econômica da província.

Nesse sentido, dependendo da situação, poderia haver um manejo dos escravos. Por exemplo, voltando nos dados recolhidos no inventário de José Joaquim, limitando a nossa reflexão aos escravos do sexo masculino, onde vemos registrados nove lavradores e um carpinteiro. Vamos supor que em determinadas épocas, a Fazenda Boqueirão necessitasse de apenas cinco trabalhadores escravos para efetuar sua produção de forma satisfatória e que, dentro dessa lógica, os outros quatro escravos fossem alugados para fora. Desempenhando assim a sua ocupação de registro, que era a de lavrador, como também outros ofícios que, eventualmente, dominavam. Entendemos que esses momentos temporários de deslocamento configuravam uma oportunidade dos escravos se movimentarem para além da propriedade senhorial, ainda que fosse na condição de trabalhadores cativos.

Esse deslocamento pelas propriedades rurais próximas, poderia ocorrer da seguinte maneira: um grupo definido de escravos da Fazenda Boqueirão era alugado para trabalhar na lavoura de uma propriedade vizinha, o que poderia acontecer de forma regular, por exemplo, de três em três meses, seis em seis meses ou uma vez por ano. Ou também poderiam ser alugados de forma individual, para outras propriedades, isso a depender da demanda apresentada pela clientela.

É interessante pensar como essas “saídas” pontuais teriam funcionado como uma forma de mobilidade espacial para estes escravos: uma espécie de fuga temporária, de um regime senhorial para outro, mas que não deixava de proporcionar um certo tipo de mobilidade.

Em suma, o objetivo deste capítulo foi abordar a provável existência de um mercado local que procurava por escravos, especializados em serviços campeiros ou de roça, procurando conectar essa hipótese com o tema da mobilidade espacial, levantado no primeiro capítulo. Os

anúncios dos jornais consultados, parecem mesmo apontar para uma razoável demanda deste tipo de trabalho escravo. E isso nos fez refletir, não só sobre o quanto esse mercado poderia gerar um fluxo, no sentido da mobilidade dos escravos envolvidos, mas como também existe uma possibilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão terem integrado esse mercado na condição de alugados para outros senhores. Neste percurso também foram consultados dois dicionários do século XIX, para tentar saber quais significados as palavras, campeiro, roceiro e lavrador, tinham naquele período. É importante, considerar que, a utilização destas palavras pelas pessoas no século XIX, além de ter possuído suas variações regionais e temporais, sem dúvida, extrapolava e subvertia os significados dados pelos dicionários. Procurando com isso, identificar os sentidos das tarefas que eram desenvolvidas por cada uma dessas especializações, e assim, diferenciá-las dentro do próprio contexto da divisão de trabalho de uma propriedade rural. Esse debate nos envolveu pensar com a ajuda de determinados autores que dissertaram sobre o funcionamento do sistema agricultor e pastoril no Rio Grande do Sul durante o século XIX, no que se refere à importância do trabalho escravo no interior desse sistema, uma outra perspectiva de mobilidade espacial dos escravos.

### Capítulo 3 - Construindo os caminhos

Nos dois capítulos anteriores, levantamos uma reflexão sobre outras maneiras possíveis de mobilidade espacial dos escravos em Porto Alegre no século XIX. Passando em revista, primeiro traçamos um breve panorama da Fazenda Boqueirão, lugar e ponto de partida da nossa reflexão. Em segundo lugar, nos servimos dos anúncios de jornais como ferramenta complementar desta pesquisa, com o intuito de ampliar nossa reflexão, trazendo-a para o contexto do cotidiano de uma cidade escravista como foi Porto Alegre.

Por fim, o objetivo deste capítulo é continuar as reflexões que foram iniciadas no capítulo 1 e 2, trazendo outros elementos que surgiram a partir da leitura de alguns autores e autoras que provocaram o nascimento das hipóteses de mobilidade espacial que nós sugerimos até aqui. Ou seja, se trata de questionamentos e reflexões que não foram inseridos nos capítulos anteriores, por uma questão de organização textual, mas que agora propomos que sejam vistos como uma continuação do nosso raciocínio.

Uma dessas reflexões, que surgiram durante a feitura deste trabalho, diz respeito à dimensão da interação entre o mundo rural e o mundo urbano em Porto Alegre durante o século XIX. Atento a essa questão, Luciano Costa Gomes (2012) apontou para existência de fortes ligações entre indivíduos e famílias de dentro e fora dos muros, salientando que a divisão entre mundo rural e urbano, tratava-se mais de uma forma de espacialização das atividades produtivas que eram desenvolvidas nesses espaços, e sendo assim, não representava uma cisão real a nível de interação social. O autor também percebe que:

Apesar de serem muito delimitados os limites das atividades produtivas, as áreas urbanas e a rural estavam interligadas e eram interdependentes. É provável que mais moradores dos muros além do capitão Domingos Tomaz de Lima, possuíssem escravos a trabalhar como agricultores. Algumas famílias, de ambos os lados do muro, tinham filhos casados entre si. Por fim, a crescente população urbana necessitava dos alimentos produzidos por lavradores, enquanto estes precisavam dos serviços oferecidos pelos trabalhadores urbanos (GOMES, 2012, p. 96; grifos nossos).

E a partir disso, o autor demonstra como “As particularidades do núcleo urbano e do seu entorno agrícola, assim como suas relações, definiram a forma como se distribuíram espacialmente as posses escravistas e o perfil demográfico dos cativos em ambas as regiões” (GOMES, 2012, p. 96).

Neste caso, sabemos que essa análise do autor trata sobre as relações existentes entre as pessoas brancas proprietárias de escravos nas áreas rural e urbana de Porto Alegre. Mas também poderíamos pensar, guardando os devidos distanciamentos sociais, que esse trânsito também

fosse uma experiência vivida pelos escravos. E assim, imaginar escravos da área rural (fazendas, chácaras, charqueadas) acessando o núcleo urbano e escravos mais ligados ao ambiente urbano, gerando um fluxo de mobilidade espacial mediadas por relações de trabalho.

Foi a partir desse ângulo que começamos a construir nossa primeira hipótese de mobilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão, ainda que no campo das possibilidades. Como vimos no primeiro capítulo, Valéria Zanetti (2002) destacou o importante papel das chácaras localizadas nos arredores de Porto Alegre, para o suprimento da demanda por alimentos por parte da população que vivia no núcleo urbano, e que estes produtos eram localizados em pontos fixos da cidade. Assim, deduzimos que a Fazenda Boqueirão fizesse parte do quadro de propriedades rurais que abasteciam a cidade com seus produtos.

Nesse sentido, se a hipótese levantada acima fosse concreta, nossa pergunta seria a seguinte: Quem eram os indivíduos que levavam esses produtos até a cidade? Tendo em vista, que os escravos eram utilizados em todos os tipos de trabalho braçal, a resposta para a nossa pergunta, já estaria parcialmente respondida. Porém, imaginamos que esse deslocamento do escravo até a cidade não está relacionado, somente, com a dimensão do trabalho, mas também com a questão da segurança do senhor, de seus familiares e seus agregados. Já que, em situações de assalto de gatunos na beira da estrada ou ataques de quilombolas, e outros imprevistos que pudessem ocorrer no meio do caminho, os escravos estariam ali para protegê-los dos perigos. Aqui, falamos parcialmente por causa dos limites relacionados ao controle senhorial e suas estratégias de vigilância, que limitariam a autonomia da mobilidade espacial do escravo, mas que mesmo com esse entrave não deixaria de ser um tipo de mobilidade. No entanto, quando pensamos a partir da principal fonte documental existente sobre a Fazenda Boqueirão, que são os inventários *post mortem*, sobretudo os de Joaquim José da Silva e José Joaquim da Silva, que datam respectivamente do ano de 1837 e 1874, pudemos identificar, em ambos os plantéis de escravos, a existência de cerca de uma dezena de escravos do sexo masculino.

Aí entra um ponto interessante sobre a natureza deste tipo de mobilidade espacial, o fato de que não ser uma mobilidade que envolvia todos os escravos da Fazenda Boqueirão, e sim um tipo de deslocamento “concedido”, provavelmente, a apenas um, talvez, dois ou três, dos dez escravos disponíveis para o serviço da roça. Com isso, somos capazes de visualizar um desses escravos de Joaquim José da Silva ou de José Joaquim da Silva conduzindo uma carroça carregada com farinha de mandioca ou abarrotada com os legumes que esta fazenda produzia, pelos caminhos da estrada do Belém ou do Mato Grosso, até chegar em algum ponto de venda no centro da cidade. Como também já destacamos, este transporte seria feito sob a companhia vigilante do próprio senhor, ou de algum parente incumbido por este, ou acompanhados por

outros homens livres, libertos e até mesmo cativos, submetidos à esfera de influência do fazendeiro.

Mesmo não se tratando de um trabalho sobre a escravidão em Porto Alegre, e sim, sobre a vizinha São Leopoldo, esta colocação de Vinícius Pereira de Oliveira, como comparação, onde ele define este tipo de mobilidade como sendo: “[...] fruto, por um lado, dos cálculos senhoriais sobre as vantagens dessa concessão e, por outro, da pressão exercida pelo escravo para recebê-la” (OLIVEIRA, 2006, p 79). E afirma que: “a mobilidade gozada pelos negros diante dos senhores e da sociedade livre (ou a falta dela) certamente influenciava essas decisões” (OLIVEIRA, 2006, p 79).

Foi isto que nos fez pensar que, neste provável caso do transporte das mercadorias produzidas pela Fazenda Boqueirão, os senhores utilizavam os escravos de maior credibilidade dentro do plantel, eleitos pelos critérios de lealdade, conhecimento e experiência para o cumprimento desta tarefa.

O mesmo autor também fala sobre a aquisição desta mobilidade, destacando que:

Conquistá-las dependia de uma espécie de fatores, tais como os de diferentes níveis de paternalismo adotado por cada senhor como estratégia de manutenção de sua ascensão moral sobre seus cativos, bem como dos distintos recursos que cada uma das partes envolvidas poderia acionar. As concessões eram resultados, por um lado, de apurados cálculos senhoriais sobre as suas vantagens e desvantagens e, por outro, da pressão exercida pelos próprios cativos. Os arranjos variavam de situação para situação (OLIVEIRA, 2006, p 79).

Embora não tenhamos evidências, sugerimos que esta tenha sido uma prática utilizada pelos senhores da Fazenda Boqueirão com os seus escravos. Talvez aqui neste contexto, tenham sido poucas as chances reais do escravo escapar do regime de controle senhorial. No entanto, não podemos descartar a possibilidade desses escravos, no momento que iam até a área urbana da cidade vender as produções da fazenda, terem encontrado pelo caminho brechas para a construção de outros tipos de sociabilidade, desvinculadas tanto do espaço social do mundo agrário, quanto do universo restrito das “fazendas confinantes” (SANTOS, 2016, p. 110). E dentro destas brechas poderiam ser vivenciados inúmeros contatos e experiências construídas em torno da esfera da religiosidade e de outros laços de identificação proveniente da solidariedade étnica, mesmo que por curtos períodos.

Além de outras trocas por parte dos escravos, com pessoas libertas e livres nos espaços públicos e vendas da cidade, não podemos deixar de mencionar as relações mantidas com escravos fugitivos e quilombolas já estabelecidos, que eram encontrados pelo caminho. A princípio, poderiam ter sido estas as redes de relacionamento construídas pelos escravos da

Fazenda Boqueirão, ao transportar a produção desta propriedade rural para os mercados da área urbana. Muitas vezes estas relações poderiam se dar na forma de conflitos, por exemplo, como eventuais brigas, ameaças e desentendimentos, dos escravos da fazenda com os transeuntes. Estes também poderiam usar o seu tempo em encontros furtivos e cifrados para articular e compartilhar com escravos de outros senhores planos de fuga. Ou até mesmo, pode-se levantar a hipótese dos escravos da fazenda aproveitarem alguma brecha do seu tempo na cidade de estarem na cidade para praticarem pequenos furtos.

Também existirá a chance desses escravos terem causado algum prejuízo aos seus senhores, furtando parte da produção da Fazenda Boqueirão, para vender de forma clandestina a outros compradores interessados em obter certas vantagens com esse tipo de transação. Sobretudo, Marco Aurélio dos Santos demonstra que este tipo de furto cometido “à noite” pelos escravos era bastante comum na região do Vale do Paraíba cafeeiro. Segundo ele: “A vizinhança das grandes propriedades rurais nem sempre foi um espaço de coesão comunitária (SANTOS, 2016, p 145). E muitas vezes podia abrigar especuladores, donos de tabernas, que aliciavam os escravos das propriedades rurais vizinhas. Trazendo para o nosso trabalho, esta forma de furto também podia representar um aspecto da resistência escrava utilizada nas fazendas que circundavam Porto Alegre. Neste ponto, podemos pensar que este movimento causado pelo roubo da produção, articulado pelos próprios escravos, configuraria uma maneira de mobilidade espacial mais escondida, que geraria suas próprias rotas subreptícias. Rotas de fuga, não no sentido da fuga do escravo, em si, mas a fuga dos alimentos produzidos para outros caminhos desviantes que escapavam da vigilância e do controle senhorial.

A respeito disso, Kátia Queirós Mattoso assinala que os comerciantes brancos, donos de vendas e tabernas estabelecidos nas beiras das estradas, atuavam frequentemente como receptadores de objetos e mercadorias roubadas pelos escravos (MATTOSO, 1982, p. 139). Um ponto importante trazido por essa análise pode ser ressaltado: pensar as possíveis redes de relacionamento, surgidas a partir deste tipo de mobilidade, proveniente de um momento muito específico da experiência de acesso ao núcleo urbano por parte dos escravos das propriedades rurais. Como ressalta Vinícius Pereira:

Durante décadas a historiografia classificou como não-revolucionárias uma ampla variedade de ações dos escravos que tinham enorme importância tanto material como simbólica na vida desses milhões de seres humanos. Se as atitudes tomadas pelos cativos não afrontavam diretamente o sistema, matando os senhores, constituindo comunidades alternativas (quilombolas), etc., não deveriam ser consideradas como objeto historiográfico, pois eram apenas demonstrações de alienação e acomodação. Entretanto, nas últimas décadas, um grande número de historiadores têm procurado adentrar as experiências escravas, valorizando justamente o que antes era desconsiderado

- família, religião, alforrias, etc. No sentido dessa abertura dos olhares historiográficos (PEREIRA, 2006, p. 109).

No nosso caso, essa mobilidade dos escravos da Fazenda Boqueirão para o meio urbano estaria inserida no rol destas pequenas ações que no passado eram vistas por alguns historiadores como “não-revolucionárias”, e que Vinícius Pereira, partindo da leitura de Giovanni Levi, classifica como uma dimensão da “política da vida cotidiana”, que dificilmente causava rupturas na estrutura do sistema escravista (PEREIRA, 2006, p. 109). O que para os escravos representava um jogo bastante arriscado, repleto de sacrifícios, em que o enfoque das suas ações muitas vezes era com o propósito de conseguir benefícios para o seu dia a dia como indivíduos. Pois “As ações dos cativos não podem ser reduzidas à simples introjeção das normas sociais da cultura dominante, já que nas duras condições em que se encontraram foram capazes de elaborar práticas e culturas próprias, possuidoras de lógicas e dinâmicas específicas” (PEREIRA, 2006, p 109).

Podemos imaginar os benefícios desfrutados por esses escravos, incumbidos de fazer o transporte das mercadorias até a cidade, mas também podemos imaginar os riscos enfrentados por eles ao decidirem construir laços para fora da propriedade senhorial, que lhe garantiam algum tipo de autonomia, diante da experiência do cativo no âmbito de uma propriedade rural distante do centro urbano.

Por sua vez, dando sequência à nossa reflexão sobre mobilidade espacial dos escravos, aventamos no segundo capítulo deste trabalho uma outra hipótese que, distingue da que foi colocada por nós no primeiro capítulo - o aluguel dos escravos lavradores - pelo fato de provavelmente ter sido mais ampla, no sentido de envolver mais escravos da Fazenda Boqueirão. Antes de tudo temos um elemento importante a considerar. No nosso anseio por buscar relações de mobilidade espacial dos escravos, diante das poucas fontes, e, sobretudo, diante de nenhum tipo de enunciado sobre mobilidade escrava nessas fontes consultadas, decidimos utilizar como recurso para esta pesquisa o método do *paradigma indiciário*, na perspectiva proposta por Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1989).

Em síntese, nossas fontes fundamentais foram os *inventários post mortem*. Retomando aqui, o de Manuel Lourenço Mariante (1795), Joaquim José da Silva (1837) e José Joaquim da Silva (1874), respectivamente inventários 1, 2 e 3. E é aqui mesmo que entramos na questão do uso do *paradigma indiciário* como uma ferramenta metodológica a ser utilizada neste trabalho. Como já foi dito anteriormente, durante a análise dos inventários, encontramos nos três inventários, indícios, sinais de que a Fazenda Boqueirão, ocupou-se durante várias gerações

com trabalhos relacionados à agricultura e à pecuária. Pois, em todos os inventários constavam como propriedade dos falecidos, reses bovinas, éguas, cavalos e engenhos de fazer farinha, e é claro, plantéis de escravos. No entanto, foi no inventário de José Joaquim da Silva, que encontramos os rastros necessários para a construção da nossa hipótese. Diferentemente dos inventários de Manuel Lourenço e Joaquim José, no inventário de José Joaquim, podemos ver a descrição da ocupação profissional de cada um dos seus escravos. À época do seu falecimento, José Joaquim tinha a sua disposição um total de quatorze escravos, sendo que dez desses escravos eram do sexo masculino, e destes escravos homens nove foram registrados com o ofício de lavrador. Desse rastro, surge a pergunta: haveria, portanto, uma mobilidade espacial desses escravos lavradores da Fazenda Boqueirão? E se realmente houvesse, como seria?

Mas como não existia nenhum indício desta mobilidade nos próprios inventários consultados, estes documentos produzidos por brancos e para brancos, e que de diversas maneiras reforçam a noção do escravo como um bem semovente, arrolado nos inventários lado a lado ou na mesma página que os animais. É nesse momento que na busca por ampliar as chances de respostas para as nossas perguntas, consultamos alguns jornais que circulavam na Porto Alegre oitocentista, como complemento para o nosso constructo teórico. Isso depois de esgotadas as nossas procuras pelos nomes dos proprietários da Fazenda Boqueirão e de outros familiares que aparecem nos inventários, em nenhum dos seguintes catálogos que foram organizados pelo APERS: *Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, Catálogo Seletivo n°1: Escravidão, Liberdade e Tutela, Livro de Inventários: O escravo deixado como herança, Processos crime: O escravo como vítima ou réu e o de Testamento: O escravo deixado como herança*. Pois também tínhamos a esperança de encontrar indícios de mobilidade em cartas de alforria ou processos criminais, que por acaso, algum dos escravos de Joaquim José e José Joaquim estivessem envolvidos.

Após estas buscas, entramos no site da Biblioteca Nacional e consultamos na Hemeroteca Digital, alguns jornais porto-alegrenses que circulavam na cidade no período estudado. Também não encontramos os nomes nestes jornais. Porém, leitura após leitura dos periódicos consultados, nossa atenção foi despertada para o aparecimento frequente de anúncios que demandavam por escravos especializados em tarefas próprias do cotidiano das propriedades rurais. Foi através deste cenário demonstrado pelos anúncios de jornais de aluguel, compra e venda de escravos, roceiros, campeiros e lavradores, que fomos levados a considerar que, haveria, portanto, um mercado local que buscava especialmente por este tipo de mão de obra escrava.

Consoante esta descoberta, imaginamos que provavelmente, os senhores Joaquim José da Silva e José Joaquim da Silva, também negociavam os seus escravos nesse mercado. Alugando-os por um período estipulado, conforme a demanda do contratante, que poderia ser por dia, semana, mês, ano ou até por mais tempo, como propõe Kátia Queirós Mattoso (1982). Vendê-los com o objetivo de suprir as necessidades econômicas da família e da propriedade, pagar as dívidas contraídas com terceiros, e até como saída nos tempos de uma crise financeira na Província, ou então, comprar outros escravos neste mercado, com a finalidade de recomposição da escravaria, por razões de velhice, fuga, doença, falecimento e até alforria dos escravos do plantel.

Não podemos esquecer que o escravo era uma mercadoria valiosa e essencial para o funcionamento da sociedade em questão, e, por isso, estava o tempo inteiro suscetível a ser moeda de valor e de troca nas inúmeras transações que eram empreendidas pelos seus senhores. Por exemplo, é possível que no período em que esteve à frente da Fazenda Boqueirão, Joaquim José da Silva, falecido no ano de 1837, tenha alugado ou até mesmo vendido seus escravos, para arcar com certa dificuldade econômica originada pelos desdobramentos do recém iniciado conflito farroupilha e seus possíveis reflexos na área rural e urbana de Porto Alegre.

No caso de José Joaquim da Silva, falecido na década anterior à abolição da escravidão, também podemos cogitar que ele também participava deste mercado local, que mencionamos no segundo capítulo. No seu tempo, as conjunturas já eram outras, a partir disso, futuramente, poderíamos imaginar o impacto que a Lei do Ventre Livre (Lei 2.040), promulgada em 1871, teria gerado, no sentido da administração do seu plantel de escravos. Pensando na possibilidade de alguns destes escravos terem se utilizado da Lei do Ventre Livre, para conseguirem sua liberdade, aceitando o estabelecimento de contratos de trabalho cujas cláusulas seriam descumpridas pelos cativos em um contexto de desgaste das relações senhoriais. Outro fator, seria pensar este provável impacto, aliado ao contexto das próprias transformações urbanas que estavam acontecendo em Porto Alegre, nesta década. Desde o aumento da população, o reordenamento da paisagem urbana, o surgimento de novas formas de transporte e circulação, e o efeito disso na relação da mobilidade espacial dos escravos entre o rural e o urbano.

Reflexão formulada, voltemos ao dado da mobilidade espacial dos escravos nos anúncios de jornal, algo que talvez tenha ficado implícito no meio desta digressão. Nos anúncios abordados no capítulo anterior, os periódicos mostram que uma parte razoável dos escravos procurados ou oferecidos, possuíam outras profissões, além das de roceiro, lavrador ou campeiro. E partindo dessa observação, se infere que existiria um trânsito de mão dupla, oriundo deste comércio local de escravos. Haja visto, que muitas vezes esses escravos, eram

dotados em variadas atividades profissionais. Lamentamos a falta de estudos específicos sobre essa face das relações entre o mundo urbano e rural em Porto Alegre no século XIX, pautando a demanda por escravos “com préstimo” para trabalhar nas fazendas e chácaras do entorno da cidade. Na mesma direção que este negócio conferiria uma oportunidade de renda ao senhor, abria uma possibilidade de mobilidade para o escravo.

Podemos, então, repensar a própria noção do escravo urbano, como realmente o oposto do escravo rural em Porto Alegre no século XIX, dentro da organização espacial da cidade, seus limites, aproximações e distanciamentos. Nossa hipótese é de que um escravo que hoje está trabalhando numa fazenda, pode muito bem amanhã estar trabalhando no meio urbano, pois, na maioria das vezes, possui capacidade e competência em mais de uma ocupação. Do mesmo modo, isto está posto para o caso contrário: o escravo urbano que se adapta e conhece do serviço de campo ou de roça.

O quadro até aqui esboçado procurou demonstrar como surgiram as hipóteses que foram levantadas nos dois capítulos anteriores, e relacioná-las com a leitura das fontes utilizadas. Passaremos agora ao complemento da argumentação do recorte temporal, que reiteramos, tem enfoque no arco temporal 1837-1874, intervalo de tempo entre os inventários de Joaquim José da Silva e José Joaquim da Silva. Para além dos motivos já elencados para esta escolha, acreditamos que essa temporalidade é importante para pensar a mobilidade dos escravos na cidade de Porto Alegre. Reiterando: no intuito de saber tanto da movimentação dos escravos da área rural para a cidade, quanto o trânsito dos escravos urbanos para o espaço agrário, fora dos muros da cidade. Saber se existia uma circulação entre esses dois mundos, por parte dos escravos, e como eles vivenciavam essas fronteiras e quais as condições que favoreciam esse percurso.

Evidentemente, a imagem da cidade de Porto Alegre nos anos 1830 é muito diferente da Porto Alegre dos anos 1870, no tocante ao crescimento da população da cidade e das transformações em curso na sociedade porto-alegrense das próprias tecnologias de transporte e comunicação, como do próprio reordenamento da paisagem. Aliado à questão de uma estrutura escravista ameaçada por um processo abolicionista, cada vez mais intenso com o passar das décadas, e os escravos transitando e fazendo suas vidas no meio desse mundo em ebulição. Foi um desafio para realização deste trabalho encontrar outros trabalhos historiográficos que partissem da mesma perspectiva que a nossa, no caso, pensar o micro, a Fazenda Boqueirão, para chegar no macro, que é a cidade de Porto Alegre.

Nesse sentido, esperávamos encontrar nas páginas dos livros de antigos cronistas e historiadores da cidade de Porto Alegre, alguma passagem que falasse sobre escravos do mundo

rural andando pelas ruas da cidade, escravos das chácaras vendendo seus produtos ou em outras situações análogas. Pois, certamente serviriam como fontes preciosas para o nosso trabalho. Contudo, não foi possível encontrar relatos desse tipo de interação, na cidade-campo, nas narrativas destes escritores. Por exemplo, em *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*, as localidades da cidade de Porto Alegre mais afastadas do centro urbano, que foram citadas pelo cronista Antônio Álvares Pereira Coruja (1983), em suas memórias, foram a Várzea, o Caminho de Belas e as bandas pro lado da olaria do Juca (CORUJA, 1983). Já em Francisco Riopardense de Macedo (1973) vemos em sua descrição da cidade durante o período da “revolução farroupilha”:

Pequenas povoações, diminutas nucleações a pontilhavam aquém e além do Guaíba. Mas a concentração, aquilo que já poderia se chamar cidade, realmente ocupava uma superfície pequena, que ia pouco além das trincheiras, ladeando caminhos e divisas de chácaras. E no momento da luta, quando o perigo se aproximava, essa cidade se retrai, se encolhe, se abriga dentro da linha de segurança (MACEDO, 1973, p. 69).

O autor também fala sobre a decisão do exército farroupilha manter seu quartel-general em Viamão, e se refere a algumas batalhas ocorridas na estrada do Mato Grosso em 1840 (MACEDO, 1973, p. 73). Walter Spalding em sua narrativa epopeica da história de Porto Alegre, com seus heróis fundadores, cidade repleta dos feitos históricos e conquistas extraordinárias de um povo açoriano, relata uma cidade bucólica:

Extra-muros, no ano de 1822, continuava Porto Alegre, no mesmo; chácaras para depois da Praia de Belas, pela Estrada da Azenha, Estrada da Aldeia, Moinhos de Vento que, apesar de seus moinhos já se tornara mais povoado, e mais ao longe, estâncias de Belém, Itapoã e caminho de Viamão (SPALDING, 1967, p. 89).

E termina dizendo: “A vida social, como sempre: calma, serena. De quando em quando bailes e teatro. Teatro de amadores. E os expostos que continuavam a aparecer pelas portas das residências. Pretos, mulatos e brancos” (SPALDING, 1967, p. 89).

Entretanto, foi o escritor Caldre Fião (1992) no seu romance *A Divina Pastora*, publicado em folhetins durante o ano de 1847, que talvez, nos deu uma melhor descrição geográfica sobre a região em que estava situada a Fazenda Boqueirão, partindo da visão do seu personagem Almênio:

Sobre o plano cabeça de um morro, cercado de muitos outros alcantilados e vestidos de um escasso tecido verde-amarelado, no município de Porto Alegre, para o lado de Itapoã e perto das margens do plácido Guaíba, vê se uma povoação circular tendo em sua circunferência uma modesta igreja e em seu centro uma anosa e secular figueira brava. É o Curato de Belém. Suas casas são baixas e insignificantes e singularidade alguma se registra nos anais da

sua história. Quase tão antiga como a cidade de Porto Alegre, ela não tem dado um passo para o progresso, estacionária, parece regida pela mão da indolência. Nada ali atrai a curiosidade do viandante desapercibido... (CALDRE FIAO, 1992, p. 127).

E mais à frente, o escritor prossegue em sua descrição sobre o local:

Os campos de Viamão em que ele está assentado são férteis, agradáveis e próprios à cultura europeia, ali se dão todos os frutos do meio dia da Europa. Em derredor das habitações rurais vêem-se vastos e frondosos bosques, filhos da cultura dos seus habitantes, onde se notam os famosos pomos dourados dos jardins das Hispérides e mil outros frutos sucosos e nutrientes; o chão está coberto da feculosa planta que os nosso indígenas chamam mandioca e que hoje se tem tornado uma necessidade para o sustento das baixas classe no Brasil. Uma chácara nestes sítios pode tornar-se uma mansão de delícias e oferecer a uma família honesta e econômica todos os cômodos precisos à felicidade, sem que custoso suor seja derramado e sem custo de lágrimas ... (CALDRE FIAO, 1992, p. 128).

Com exceção de Spalding, que mencionou os expostos “pretos” e “mulatos”, percebe-se os autores pouco ou nada evocam sobre a presença negra na cidade, nem falam sobre a relação entre a cidade e a área rural, dando a impressão de que tal lugar trata-se apenas de um espaço bucólico de passagem povoado por laboriosas pessoas brancas, que como disse Caldre Fião dispõem de “todos os cômodos preciso à felicidade, sem que custoso suor seja derramado”. No entanto, apesar do enfoque do seu estudo ser sobre os libertos, Gabriel Aladrén, por sua vez, demonstra a partir da análise dos inventários *post mortem* de alguns libertos que moravam na zona rural de Porto Alegre e em Viamão, praticavam atividades econômicas ligadas ao trabalho rural. Alguns, inclusive, possuíam chácaras, sítios, onde cultivavam trigo, plantavam mandioca e criavam reses (ALADRÉN, 2008, p.79-80). Como podemos ver nestas informações retiradas a partir do inventário do liberto João Antônio da Rocha, inventariado em 1823:

João Antônio da Rocha, preto forro, era um lavrador casado com a também preta forra Maria Thereza e tinha dois filhos, Francisco de dez anos e João de cinco. Deixou entre seus bens um campo com uma casa de capim em Viamão, que tinha 72 pés de laranjeiras. Ele cultivava e beneficiava a mandioca, como demonstra a existência de enxadas, roda de ralar mandioca, prensa de mão, forno de cobre e moinho de mão. Entre seus bens está relacionado também um arado, que talvez indique o cultivo de trigo, pois o cultivo da mandioca, não exigia este instrumento. Provavelmente João beneficiava a mandioca colhida e transformava em farinha, e assim comercializava em Viamão ou até mesmo em Porto Alegre (ALADRÉN, 2008, p.79-80).

Ana Paula Schantz (2009) também identificou a presença de libertos na área rural de Porto Alegre e Viamão, como demonstram os casos de:

Bento, crioulo morador de Viamão, listado com a profissão de “campeiro”, que pagou por sua alforria em 1769, a quantia de 105\$800 réis ao senhor,

Estácio da Cunha Bittencourt, e a forra Bernarda de nação Angola, que também obteve sua alforria mediante pagamento de 243\$800 réis a Geraldo Gomes Jardim em 1804, e cuja profissão foi descrita como sendo de “roceira (SCHANTZ, 2009, p. 84).

Embora, ambos autores tenham se debruçado sobre a questão dos libertos, pensamos nos abastecem de informações que nos ajudam a pensar sobre a complexidade existente no ambiente rural do entorno de Porto Alegre no século XIX. Estas passagens também elucidam o dado da presença negra nesses espaços do mundo agrário escravista, tanto na condição de escravos, como na de livres e libertos, desenvolvendo os mesmos ofícios de lavrador, campeiro e roceiro. Podemos pensar que nem todos os libertos possuíam terras próprias para cultivo e criação animal, e sendo assim, empregavam-se nas propriedades rurais do entorno, não sabemos se lado a lado com escravos, mas poderíamos supor que isto também pudesse acontecer.

Por outro lado, refletindo sobre a questão do aluguel de escravos roceiros, lavradores e campeiros, também existiria a chance daqueles libertos que possuíam, sítios, chácaras ou retalhos de campo, alugar um escravo de uma fazenda grande por um período determinado, para ajudar no serviço da roça, por exemplo, na época do plantio ou da colheita. Assim gerando uma outra rede de mobilidade espacial dos escravos vinculados nos plantéis das fazendas porto-alegrenses, relacionada com a nossa segunda hipótese.

De modo geral, este capítulo desenvolve uma demonstração das estratégias interpretativas e metodológicas utilizadas para a montagem deste trabalho. Relacionando algumas leituras que nos ofereceram indícios que estimularam a nossa reflexão sobre mobilidade de escravos, partindo do caso de uma experiência particular que é a Fazenda Boqueirão. Mais uma vez, é importante dizer como tais textos serviram como complemento e uma alternativa. Sendo que a nossa fonte principal, foram os inventários, que no geral, não foram escritos com o interesse de valorizar a experiência do escravo, em nenhum sentido. Nesse sentido, sobre as questões das fontes, João José dos Reis (1989) diz que:

A abordagem da escravidão a partir do escravo pode esbarrar, contudo, em alguns problemas sérios. Os mais conhecidos e lamentados deste, sem dúvidas, é a carência de fontes. O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte. É necessário, pois, relativizar o problema das fontes, não imaginando nunca que ele possa impedir avanços. A escravidão é um dos temas mais dinâmicos da historiografia brasileira [...] (REIS, 1989, p. 14).

Por fim, nossa intenção foi levantar hipóteses de mobilidade espacial dos escravos da Fazenda Boqueirão, para além da propriedade senhorial, alicerçando estas hipóteses, a partir da leitura dos inventários da fazenda, cruzando-os com outras fontes de natureza diversificada

como jornais, crônicas, romances e estudos de historiadores sobre a escravidão em Porto Alegre no século XIX.

## Considerações finais

De certa forma, este trabalho pode ser visto como uma tentativa de traçar por meio das fontes disponíveis e do diálogo historiográfico, novos caminhos para a compreensão das relações complexas que existiam entre a área rural e a cidade de Porto Alegre no século XIX. Chamando atenção para a conexão entre esses dois mundos e qual a importância disto na vida dos escravos em nível de mobilidade espacial. Como se pode notar, tomamos o caso da Fazenda Boqueirão como ponto de partida para tecer essa reflexão que tiveram como propósito, refletir como esta mobilidade de escravos, formulada, por meio dos vestígios deixados por uma fazenda localizada nos arrabaldes da cidade, serve como medida para pensar a dinâmica de movimentação dos escravos da área rural de Porto Alegre, em todas as fazendas, chácaras e estâncias do município.

Nessa busca por identificar e traçar caminhos, nos mantemos sempre no campo das possibilidades e da construção de hipóteses de mobilidade, pelo fato de existirem pouquíssimas fontes que falam sobre o nosso objeto de pesquisa. Dentro dos limites deste trabalho, tentamos mostrar, através dos indícios proporcionados pela análise de inventários *post mortem* dos proprietários da Fazenda Boqueirão, que haveria mobilidade dos seus escravos para além dos limites da propriedade. No sentido de mostrar que a vida desses escravos não estavam o tempo todo confinados ao mundo da propriedade, e que estes escravos, apesar da vigilância e do controle senhorial, poderiam constituir variadas autonomias, se aproveitando de brechas oportunizadas, pelos deslocamentos “para fora” ocasionada pelas dinâmicas do mercado de trabalho cativo.

Sem querer retornar aquilo que já foi trazido nas páginas dos capítulos deste trabalho, mas fazendo uma síntese, esta mobilidade dos escravos se daria a) no transporte dos produtos fabricados na fazenda para a sua comercialização na cidade b) por meio do aluguel dos escravos para prestarem serviços por temporada em outras propriedades. Desta forma, ao longo deste trabalho, também percebemos a porosidade das relações existentes entre a área rural e o núcleo urbano de Porto Alegre, percebemos que ambas as partes se retroalimentavam, uma precisando do serviço da outra. E partindo daí, consideramos que haveria dentro dessa relação de interdependência um trânsito de escravos passando de um lado para o outro dessa fronteira porosa entre o campo e a cidade.

Nesse sentido, acreditamos que a própria divisão entre a noção de escravo rural e escravo urbano, também se tornaria mais fluída do que normalmente imaginamos. Em última

análise, concentramos os nossos esforços em apreender outras possibilidades de acesso à cidade por parte dos escravos, fora do eixo predominante do núcleo urbano e seus arredores mais próximos, regiões mais estudadas pelos historiadores.

## Referências Bibliográficas

- ACRUCHE, Hevelly. O rio da Prata, a independência e a abolição: perspectivas de liberdade dos escravos no além-fronteira. ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, vol. 32, n. 66, p.53-78, janeiro-abril de 2019.
- ALADRÉN, Gabriel. Liberdades negras nas paragens do Sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Niterói: PPGH/UFF, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- BALBIM, R. Práticas espaciais e informatização do espaço da circulação: mobilidade cotidiana em São Paulo. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- BURKE, Peter. A escrita da história. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo: Perspectiva, 1985
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira (1806-1889). Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983.
- DUARTE, Fábio. Crise das Matrizes Espaciais. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FARIA, Eduardo. Dicionário de Língua Portuguesa. 4ª Edição (Vol. 1,2). Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e c., 1859.
- FIÃO, José Antônio do Vale Caldre e. A Divina Pastora. 2ª Edição. Porto Alegre: RBS, 1992.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Gente e espaços de Porto Alegre. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2000.
- FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Unesp, 2014.
- FREIRE, Eduardo Duarte. Memórias do Bairro Belém Novo. UE/ SMC: Porto Alegre, 2000.
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Luciano C. Uma Cidade Negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre 1772-1802. Dissertação de mestrado: PPGH: UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- \_\_\_\_\_, Luciano C. Uma sociedade escravista? A escravidão na área rural de Porto Alegre na década de 1780. X Encontro Estadual de História: O Brasil no Sul, Cruzando Fronteiras entre o Regional e o Nacional. Santa Maria, 2010.

- KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACEDO, Francisco Riopardense. Porto Alegre: origem e crescimento. Porto Alegre, 1968.
- MAESTRI FILHO, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.
- \_\_\_\_\_. O cativo e a fazenda pastoril sul rio-grandense. In: Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.
- \_\_\_\_\_. O sobrado e o cativo: arquitetura urbana e erudita no Brasil escravista caso gaúcho. Passo Fundo, UPF: 2001
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. Revista Almanack. Guarulhos, n. 02, p. 20-37, 2º semestre de 2011.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. Ser Escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os contratados: Uma forma de escravidão disfarçada. Estudo Ibero Americanos. PUCRS, XVI (1,2). 211-224, jul. e dez., 1990.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais. Porto Alegre: EST, 2006
- OSÓRIO, Helen. “Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc XVIII”. Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre, 2005.
- PINTO, Luis. Dicionario da Lingua Brasileira. 1ª Edição. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- PORTO ALEGRE, Achylles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: UE/SMC de Porto Alegre, 1994.
- REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. O Alufá Rufino: Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (c.1822 - c.1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Marco Aurélio dos. Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro, Bananal 1850-1888. São Paulo: Alameda, 2016.
- \_\_\_\_\_, Marco Aurélio dos. A dimensão espacial no estudo da escravidão. GEOUSP - Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v.18, n.1, p.140-151, 2014.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção: São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre, Viamão no final do século XVIII e início do século XIX*. Salvador: PPGH- UFBA, 2009. Dissertação de mestrado.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Tradução: Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SPALDING, Walter. Pequena História de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967

TATSCH, Juliana Pozzo. *Arqueologia da escravidão em um sítio rural na Porto Alegre oitocentista: as relações espaciais e materiais no sítio RS. JA-74*. Pelotas: PPGA – UFPEL, 2015. Dissertação de mestrado.

WEIMER, Gunter. O trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

ZANETTI, Valéria. Calabouço Urbano: Escravos e Libertos em Porto Alegre (1840-1860). Passo Fundo: UPF, 2002.

### Fontes Manuscritas

Inventário *post mortem* 1 de Manuel Lourenço Mariante - 1º Cartório de Órfãos, nº 155, maço 10, estante 2, 18/4/1791, inventário. APERS.

Inventário *post mortem* 2 de Joaquim Manoel da Silva - 1º Cartório do Civil, nº139, maço 7, estante 27, janeiro/1837, inventário, APERS.

Inventário *post mortem* 3 de José Joaquim da Silva - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nº 416, 1874, inventário, APERS.

Inventário *post mortem* 4 de Ângelo Lourenço Mariante – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 59, 1888, APERS.